
PARTE V

Estante

Recensões • Informações bibliográficas

HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL

Direcção: CARLOS MOREIRA AZEVEDO

Formação e Limites da Cristandade - v. I

Coordenação: ANA MARIA C. M. JORGE

ANA MARIA S. A. RODRIGUES

Editora: CÍRCULO DE LEITORES

s/l., 2000, 544 pp.

Sobre esta *História Religiosa de Portugal* pesava toda expectativa devida a uma obra que se propõe preencher uma importante lacuna historiográfica. Trabalho colectivo em três volumes (1.º - *Formação e Limites da Cristandade*; 2.º - *Humanismos e Reformas. Da conversão dos Judeus à Revolução Liberal*; 3.º - *Religião e Secularização. Séculos XIX e XX*), dirigido por Carlos Moreira Azevedo e tutelado pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, em articulação com um *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, a obra procura ocupar um vazio que a justifica e do qual marca os contornos. Podem ser resumidos a três os argumentos da sua necessidade: faltava uma história das práticas religiosas no território português com rigor científico, não apologética, independente de debates ideológicos; essa história deveria renunciar a uma perspectiva institucional e eclesiológica da religião, para abarcar o terreno das espiritualidades (clericais e laicais) e das vivências quotidianas; finalmente, deveria proceder à síntese do grande número de trabalhos dispersos, elaborados sob o signo da nova história e da interdisciplinaridade (cf. vol. I, pp. XIV-XIX). O alargamento do inquérito deveria pois conduzir à diversidade de perspectivas, estabelecendo-se para os três volumes da *História Religiosa de Portugal*, como planos de análise, 1) a «articulação sócio-religiosa», 2) a «problemática doutrinal», 3) a «vertente estrutural-institucional» e 4) a

«vivência quotidiana do religioso» (p. XX). É pois à luz deste conjunto de desejos e expectativas que a podemos compreender.

Previamente, Carlos M. Azevedo procura explicitar o momento que a contextualiza e de alguma forma a justifica, ao ensaiar uma caracterização socioreligiosa da actualidade: «perda de intensidade do religioso» (p. IX); a religião vivida como «um vago plano de busca de sentido» (p. IX); a «fragmentação no subjectivo» compondo «o rosto da sociedade de consumo» e constituindo elemento da «desconstrução do religioso» (p. XIII); a perda pela religião do monopólio das mundividências; o avanço da secularização e a ruptura da função legitimadora de normas e instituições desempenhada anteriormente pela religião – no quadro de uma «sociedade pós-moderna» em crise de identidade cultural. Face a uma realidade assim definida, esta *História Religiosa de Portugal* procura ter, segundo as palavras do seu director, uma acção interveniente no desejo de contribuir para «uma pedagogia da diferença tolerante», amplificar as «interrogações sobre o sentido», promover «o aprofundamento das raízes nos debates de cada pessoa com um passado complexo» e abrir «uma leitura permanente da memória» (p. XXVI).

Neste diagnóstico da modernidade/pós-modernidade, perpassa a ideia de uma certa degradação da *matéria religiosa* operada pelo recalçamento e pela infantilização: «A religião recupera significância social como símbolo do sonho humano de felicidade, de reencantamento mítico, do refúgio que salva da intempérie existencial ou confirma a existência desejada e procurada. ?...? Afinal, o sagrado não se destruiu na modernidade, ocultou-se e inibiu-se, subsistiu no subconsciente cultural histórico, mas como é inibido pode retornar pela perversão e pela neurose camuflada.»

(p. XI) Introduce-se assim na estrutura da análise sócio-histórica uma lógica de diagnóstico, já que construída sobre a variável saúde/doença. Trata-se de uma abordagem perigosa na medida em que esta variável se converte facilmente em critério de aferição da qualidade do religioso e pode gerar uma narrativa *a priori*, determinante mas oculta sob a narrativa histórica. Neste caso, há efectivamente um discurso da perda de qualidade do religioso que pode enviar a observação diacrónica da funcionalidade e significados sociais das instituições religiosas e constituição histórica das espiritualidades. O texto não ultrapassa a nostalgia das épocas marcadas por uma certa clareza institucional da religião, fazendo assentar o diagnóstico da modernidade num postulado normativo de uma *sã vivência religiosa*.

É de notar uma concepção do sagrado e do religioso como universais antropológicos ou elementos de uma *natureza humana*, concepção arriscada na medida em que não pode deixar de apontar para uma certa experiência do sagrado e do religioso. O texto da *Introdução Geral*, aliás, acaba por explicitar uma concepção teísta (se não mesmo cristológica) de religião: «No centro do que se chama o «sagrado» está um ente superior e anterior à pessoa humana, presente não só no coração da criatura, mas também no centro da realidade. Podemos usar a categoria de «mistério» para centro do mundo religioso: algo absolutamente transcendente com o qual se entra em relação, indo além de si mesmo, porque está presente na vida e confere uma missão aos humanos.»; «Os homens e mulheres autenticamente religiosos aceitam que o centro de si mesmos seja o mistério...» (p. X). Mas, na verdade, não encontramos nestas concepções – que, em última análise, remetem ainda para a ideia de *falsa e verdadeira religião* – uma proposta de definição propriamente antropológica ou sociológica (que constará certamente no *Dicionário* que complementa a *História*). Assim, mais do que estabelecer as coordenadas metodológicas e conceptuais que orientaram a realização desta obra, a *Intro-*

dução Geral acaba por enunciar um conjunto de fundamentos que se supõe dever orientar a sua interpretação e um desejo de intervenção cultural. Por outro lado, a ideia de que existe sempre um lugar para a religião define uma resistência em assumir radicalmente o carácter histórico do fenómeno religioso, sendo essa historicização do objecto condição epistemológica essencial à análise histórica (não ideológica, *desnaturalizadora*).

O prisma adoptado, de uma história religiosa de Portugal – traduzindo-se na narração e interpretação das práticas religiosas ao longo do eixo geográfico-temporal da história da nação –, é claramente diferenciável, na sua metodologia e resultados, de uma história das religiões ou práticas religiosas em Portugal. No primeiro, os temas devem ser seleccionados e hierarquizados de acordo com a sua importância histórica e a sua periodização e interpretação devem tomar em linha de conta os ritmos e os momentos da história da nação. O segundo caso, mais fruto de uma curiosidade pelo fenómeno religioso em si mesmo, possibilitaria uma maior liberdade na atenção e disposição dadas a cada tema mas provavelmente contribuiria menos para esclarecer as suas relações com o envolvente social e o seu papel na mudança histórica. A opção tomada remete (ainda que não necessariamente) para uma centralidade do cristianismo/catolicismo na concepção da obra. A sua história em território português surge como fio condutor da narrativa. Isto não deveria implicar que se pensasse o fenómeno religioso a partir do cristianismo, e do catolicismo em particular. Pelo contrário, esta opção reclama uma atenção redobrada na garantia da neutralidade ideológica dos conceitos e no tratamento das várias religiões na sua especificidade e autonomia (até para se poder compreender as práticas e espiritualidades do cristianismo/ catolicismo no que têm de singular).

Este primeiro volume – o único de que nos ocupamos aqui – é balizado cronologicamente pela introdução do cristianismo no futuro território português, durante o

Baixo Império Romano, e pela crise da Igreja católica em meados do século XV. O tema de fundo que o atravessa não pode por isso deixar de ser o da formação da cristandade num sentido político-religioso e civilizacional, aliás a perspectiva assumida pelas coordenadoras na *Introdução* a este volume (a cristandade como «modelo civilizacional assente na ideia de unidade religiosa», p. 1). É de louvar a adopção de uma perspectiva de *cristandade* que torna o conceito operativo na análise histórica e o liberta da dimensão apologética com que era habitualmente usado: «um sistema de crenças e práticas profundamente diverso do contemporâneo», e portanto «um outro continente cultural» (p. 2). Esse «continente cultural» não é, além do mais, concebido como um bloco sólido e uniforme, apenas sujeito a esporádicas fracturas, mas como realidade gerada através de um processo complexo e, portanto, realidade em constante transformação. Nesse sentido se entenda a apresentação introdutória de um cristianismo (no Baixo Império Romano) cuja identidade doutrinal se vai construindo através do «debate ortodoxia/heterodoxia» e na própria «dinâmica de cristianização». Mas porquê começar pela cristianização? Porquê deixar ainda que seja a identidade dominante no seio da formação nacional a ditar as regras de construção do objecto histórico?

A primeira parte deste volume, intitulada *A Procura do Deus único. Convivências religiosas: um desafio multissecular*, divide-se em três capítulos elaborados segundo uma lógica relacional que articula o cristianismo com outras religiões (a que acresce, no primeiro capítulo, o debate interno ortodoxia/heterodoxia). Sendo importante, esta óptica não nos dá por si só uma imagem suficiente das práticas e crenças não cristãs. Haveria vantagem num tratamento autónomo das vivências religiosas hispânico-romanas, judaica e muçulmana. Esse tratamento singular das primeiras, por exemplo, destituiria de sentido o título desta primeira parte (que assume a perspectiva dos praticantes das três religiões monoteístas), permitindo encarar as

suas permanências, através da cristianização, de um outro ângulo que não o do «paganismo» e da «superstição», categorias que, mesmo com aspas, não favorecem a sua compreensão e perpetuam ainda as representações cristãs veiculadas pelas fontes. Contribuiria também para clarificar os termos de uma análise da profundidade da cristianização no território. Nos casos do judaísmo e do Islamismo, para além da história dos muçulmanos e judeus e suas relações com os cristãos, haveria que desenvolver a especificidade das suas práticas religiosas. Pouco nos é dito, em particular, sobre a espiritualidade das suas expressões no espaço considerado.

Numa óptica mais institucional, a segunda parte debruça-se sobre *A construção de uma Igreja. Agentes e estruturas de enquadramento eclesiais*. Aí é debatida a construção e organização eclesial do espaço; a diversidade institucional, entre a vida monástica e a permanência no século; o enquadramento económico das instituições (patrimónios, direitos, rendimentos); e as relações entre a Igreja e o poder político. Saliente-se, a par da riqueza informativa dos textos, a inclusão de um número significativo de mapas que, articulando-se com aqueles, facilitam a apreensão de um conjunto de referências espaciais importantes.

Por fim, a terceira parte - *Vivendo a palavra de Deus* -, relaciona doutrina, espiritualidade e cultura cristãs. Trata-se aqui de analisar a vivência e as práticas da fé em acção. Este objectivo de mostrar a religiosidade enquanto conjunto de práticas justifica uma abordagem, entre outras, mediante casos singulares de determinados homens e mulheres enquanto exemplos representativos ou vivências historicamente significativas. Veja-se por exemplo, e entre os momentos mais estimulantes deste volume, as análises da espiritualidade laical feitas em torno de um documento da condessa Mumadona Dias (uma carta de doação de bens a um mosteiro) ou da relação de quatro dos filhos de D. Sancho I com as ordens mendicantes. O enorme interesse desta terceira parte reside na observação não da forma como clérigos e leigos

procuraram «dar resposta aos seus anseios espirituais através de devoções, ritos e práticas em constante evolução» (p 9), como se lê na *Introdução*, mas de como esses «anseios espirituais» têm sido historicamente diversos e socialmente condicionados. (Seria um erro de perspectiva encarar as variações religiosas como diferentes respostas históricas a um conjunto permanente de necessidades espirituais.) Esta terceira parte é articulada em torno de dois pólos – clérigos e leigos. São analisadas as diversas espiritualidades clericais, sobretudo monásticas, e os vários modelos de elaboração e transmissão doutrinal e cultural. Por seu turno, quanto aos leigos, procura mostrar-se a sua religiosidade como dotada de uma idiosincrasia e criatividade independentes da direcção clerical, adoptando-se a perspectiva de uma sua crescente autonomização desde o tempo da reconquista cristã a finais do século XIV. De referir, contudo, alguma sub-representação da religiosidade popular.

Este volume revela também alguma dificuldade em analisar as práticas e, sobretudo, as espiritualidades não cristãs na sua autonomia, e em falar do religioso com um vocabulário outro do que o criado num quadro de referências estritamente cristão. Seria importante, por outro lado, que fossem tratadas de forma mais explícita as relações entre as diversas vivências religiosas e as várias dimensões da vida social, em particular nos planos económico, normativo (moral, direito, costumes) e político. Este relativo isolamento do fenómeno religioso cria a ilusão de que a religião existe como esfera social autónoma, o que é sem dúvida redutor (e mormente quando se fala da Idade Média) e de certa forma a neutraliza enquanto produtora de sociedade. Pouca atenção é dada ao movimento que vai da religião à sociedade, à sua funcionalidade e capacidade de modelação. Falta desenvolver um dos vectores dessa relação, fundamental para se apreender integralmente o sentido da dinâmica religiosa.

Uma última questão se nos coloca ainda: a de saber até que ponto não se está

perante uma operação de sobreposição da narrativa da história nacional com a do processo de cristianização do território correspondente, reciclando-se o discurso da identidade cultural no *discurso da matriz comum de espiritualidades*. Até que ponto não estamos perante uma nova hermenêutica da imagem da nação, agora apresentada como *identidade espiritual*? O perigo que esta operação comporta – a construção de uma *identidade profunda* falsamente estável e compacta – só poderia ser esconjurado pelo enfoque e valorização sistemáticos dos *outros* da religião e mostrando a diversidade (sincrónica e diacrónica) de formas e intensidades de crer da mesma crença e as contradições internas dos sistemas religiosos considerados. Estes eram efectivamente os grandes desafios que se colocavam a este projecto. E aí os resultados obtidos não são, como fica patente no que toca o primeiro volume, inteiramente satisfatórios.

Contudo, e apesar de alguns aspectos que nos parecem menos conseguidos, trata-se de uma obra globalmente meritória e de inegável importância. Acompanhado de ilustrações legendadas e uma bibliografia actualizada, os textos apresentam geralmente, e apesar da diversidade de autores, um estilo claro e rigoroso onde a necessária informação não é transmitida como somatório de curiosidades, mas inserida em visões interpretativas que ajudam à problematização dos temas. Sendo indispensável a elucidação de muitos dos conceitos utilizados, esta *História Religiosa de Portugal* ganha pela sua articulação com o dicionário.

Muito para além das histórias de pendor institucional, eclesiológico e apolo-gético que marcavam o panorama historiográfico português do género, esta é sem dúvida uma obra de referência que dignifica o centro de estudos que a dinamizou.

Tiago Pires Marques

Nota: Este texto foi publicado, com ligeiras alterações no *Bol. de Ciência das Religiões*, editado por este mesmo Centro de Estudos.

HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL

Direcção: CARLOS MOREIRA AZEVEDO

Humanismos e Reformas - v. II

Coordenação: JOÃO FRANCISCO MARQUES

ANTÓNIO CAMÕES GOUVEIA

Editores: CÍRCULO DE LEITORES

Lisboa, 2000, 700 pp.

O segundo volume da *História Religiosa de Portugal*, *Humanismos e Reformas*, é dirigido por Carlos Moreira Azevedo e coordenado conjuntamente por João Francisco Marques e António Camões Gouveia. Esta obra que contou com a participação de oito autores, tem, contudo, maior parte dos seus capítulos redigidos por João Francisco Marques e José Pedro Piva; outros autores são Francisco Bethencourt e António Camões Gouveia, João Paulo Oliveira e Costa, Maria de Lurdes Correia Fernandes, Pedro Penteado e por último Zulmira C. Santos que faz uma pequena incursão pela espiritualidade e não tanto pelas luzes do século XVIII.

Este tomo tem uma estrutura tripartida incidindo sobre o tempo, os homens e Deus. O grau de interesse e importância atribuída a cada uma das partes materializa-se no espaço gradativo a elas dedicado. Assim, «Os Tempos Humanos da Busca de Deus» (sensibilidades, doutrinas e espiritualidades) ocupa menos dum quarto da obra; «Os Homens Que Querem Crer» (religiosidade, poder e sociedade) mais dum quarto; e por fim «O Deus de Todos os Dias» (espaços, sociabilidade e práticas religiosas) mais de metade.

A intitulação e divisão deste segundo volume não deixa de ser curiosa pois pode levar à dedução que, para além duma mera gradação valorativa e quantitativa, existe um caminho para a busca de Deus que passa pela vontade de crer e que tem como objectivo atingir a divindade suprema.

A primeira parte elaborada por Maria de Lurdes Fernandes, Zulmira Santos e Francisco Bethencourt é dedicada às reformas que tiveram lugar na Idade Moderna, nomeadamente a resultante do Concílio Tridentino dando ênfase ao seu carácter

normativo e à regulação espiritual. O estabelecimento de regras resultante de Trento é complementado com várias obras sobre oração e meditação saídas e com a “tutoria” ou mentores espirituais cujo objectivo era “reformatar” a vida religiosa de eclesiásticos e leigos. Após tal explanação, Francisco Bethencourt analisa do ponto de vista social, económico e institucional os que foram alvo de rejeição e polémica, nomeadamente os judeus, muçulmanos, protestantes, hereges, assim como o Iluminismo, Maçonaria e correntes messiánicas.

Precisamente nestes capítulos, e talvez devido a questões editoriais, foram seleccionadas imagens que mesmo por antinomia parecem despropositadas. Isto tendo em conta que no resto da obra houve a preocupação e o critério de se adequar a iconografia ao texto. Quando se fala de Judaísmo em Portugal seria lógico apresentar uma sinagoga em Portugal e não em Amesterdão; quando o tema é o Islamismo parece descabido a decapitação dos mártires pelas espadas de muçulmanos em Marrocos como ilustração; o mesmo se pode dizer de desenhos representando a queda de Lúcifer colorindo a apresentação do Protestantismo, ou ainda a adoração do Nome de Jesus ligando os sub-capítulos sobre Iluminismo e proposições heréticas. Também não se pode deixar de notar que precisamente no capítulo sobre a Maçonaria aparece uma tela intitulada o Triunfo da Eucaristia sobre a Filosofia e a Ciência em que o Sol de forma triangular é ofuscado pela pomba do Espírito Santo.

O capítulo sobre a Inquisição é também ilustrado de forma no mínimo intrigante. Começa por um desenho sobre o Triunfo da Obediência (à Igreja ou à Inquisição?). D. João III aparece representado numa pose muito pia guardado por um santo. Segue-se um esboço em que O Amor Virtuoso castiga lascivamente a Fortuna com um peixe. Na parte sobre a censura surge Santiago com um livro branco tentado por uma espécie de demónio munido dum livro negro, chama-se esta tela Santiago e Hermógenes; e logo a seguir S. Jerónimo é açoitado por possuir livros heréticos, que

lhes tinham sido oferecidos pelo Diabo. Sobre a actividade da Inquisição, propriamente dita, surgem os frontispícios do rol dos livros proibidos, do regimento da Inquisição, uma página da visitação ao mosteiro de Neiva e duas gravuras de autos de fé – um no Terreiro do Paço, onde é preciso uma lupa para ver que estão a ser queimadas pessoas, e outro na Praça do Comércio, que representa o aparato da procissão.

Não foram incluídas imagens sobre os vários tipos de tortura, sobre os hábitos que os condenados eram obrigados a usar ou mesmo sobre várias das personagens históricas que foram alvo de processo inquisitorial ou de excomunhão como D. João IV. E estas imagens existem pois algumas delas foram utilizadas na *História das Inquisições* de Francisco Bethencourt e outras estão publicadas em várias outras publicações sobre o tema.

A segunda parte é escrita quase na totalidade por José Pedro Paiva que faz cinco dos seis capítulos, tendo também João Paulo de Oliveira e Costa dado o seu contributo no que se refere à diáspora missionária.

Nesta parte fala-se essencialmente da relação e conflito institucional dentro da Igreja e desta com o Poder até 1820; da distribuição geográfica das dioceses e organização eclesiástica; retoma-se a temática dos mentores onde se avaliam as ordens religiosas e o clero não regular; refere-se o papel de diversas ordens religiosas no que se considera ser missões internas; as visitas pastorais que segundo o primeiro autor eram um mecanismo de controlo social com vista a emendar, punir e segregar os que se desviavam do “correcto”. João Paulo Costa, em contrapartida, enveredou na sua análise sobre as missões por um estudo menos institucional, mais abrangente e universalista falando-se pela primeira vez em tolerância. No seu estudo inclui a análise de outras religiões e a sua inter-relação, tendo em conta a diversidade política, cultural e religiosa.

A última parte que ocupa maior espaço editorial do que qualquer das outras é es-

crita por quatro autores, mas João Francisco Marques quase monopoliza o discurso, seguindo-se António Camões Gouveia e as participações de Pedro Pentead e José Pedro Paiva. Também aqui a análise crítica é quase inexistente e a Igreja Católica Apostólica Romana é o único objecto de estudo, com uma pequena incursão pela bruxaria, talvez por oposição. Aparentemente o Deus de Todos os Dias está patente nos vários temas abordados como no controlo do tempo, no papel das confrarias, nas procissões, peregrinações e relíquias. Assim como na catequese, nas pregações e sermões, no teatro litúrgico, arquitectura, arte, música, rituais e manifestações de culto. Na parte final volta-se a tratar das devoções, das procissões e confrarias para além de outras formas exteriores de demonstração de fé, reafirmando a sua grande importância. Por último, dedica-se também um espaço às orações e às devoções mariana e dos santos.

Fica-nos a impressão que os Homens Que Querem Crer são somente Católicos Apostólicos Romanos e Deus não o é para todos os dias nas outras religiões.

Ao contrário do que possa parecer, depois de lida esta obra, a Idade Moderna é plurifacetada em termos religiosos apesar das tentativas universalistas da Igreja Católica. Desde antes da formação de Portugal que há uma diversidade religiosa que apesar das várias pressões e da instituição da Inquisição se manteve de forma expressa ou escondida como no caso do cripto-judaísmo até aos nossos dias.

Muitos estudos se têm feito sobre o poder hegemónico da Igreja e a diversidade religiosa em Portugal. Não é aceitável menosprezar, marginalizar ou omitir esses estudos ou a pluralidade da fé, tipos de crença e religiões quando se pretende escrever uma História Religiosa.

Portugal e Espanha deram origem a uma realidade única na Europa e no mundo: o cristão-novo que abarca na sua essência multifacetada católicos, judeus e muçulmanos. Não será este tema interessante para o estudo fecundo das várias religiões envolvidas e não seria um objec-

to do maior interesse para uma História Religiosa? Todavia, o seu estudo é apenas limitado à associação com o Judaísmo que é visto sobretudo como um crime condenado pela Inquisição e não tanto como uma religião merecedora de espaço próprio numa História Religiosa de Portugal. O mesmo se pode referir a propósito do Islão e de crenças e práticas pré-cristãs que persistiram em sobreviver.

Autores como Samuel Usque ou Bernardim Ribeiro que abordam o outro lado do problema religioso são simplesmente omitidos. Damião de Góis é apenas referido por Francisco Bethencourt como o relator das dissensões de corte em torno do édito de expulsão dos judeus, mas todos eles narram a falta de amor ao próximo

que levou às perseguições e muitas vezes a morticínios, isto para não falar dos sermões e textos rabínicos que são simplesmente ignorados. Não faltam as fontes nem a bibliografia tanto para o estudo e análise de outras religiões como para o seu relacionamento com a religião Católica.

Uma obra que se intitula «História de Qualquer Coisa» deve ser a síntese do conhecimento da época que a produz, ao mesmo tempo que aponta as vias de investigação futuras. Neste tomo da *História Religiosa de Portugal* só em raras excepções se encontra este tipo de preocupação, ficando-se na maior parte das situações pelo que de mais tradicional se tem feito.

Florbela Veiga Frade

HISTÓRIA RELIGIOSA DE PORTUGAL

Direcção: CARLOS MOREIRA AZEVEDO

Religião e Secularização - v. III

Coordenação: MANUEL CLEMENTE

ANTÓNIO MATOS FERREIRA

Editora: CÍRCULO DE LEITORES

Lisboa, 2002, 584 pp.

Relembrando a expectativa lançada aquando da apresentação do primeiro volume desta obra (também aqui recensado por Tiago Pires Marques), este terceiro volume acresce-a por tratar uma cronologia muito mais próxima de nós, da vivência quotidiana de muitos dos cidadãos nacionais, e por se cruzar com alguns dos factos históricos mais relevantes do nosso passado recente.

São autores dos textos deste volume: **António Matos Ferreira, Luís Aguiar Santos, Manuel Clemente, Nuno da Silva Gonçalves e Paulo F. de Oliveira Fontes.**

A obra apresenta-se organizada em três fundamentais partes. A saber: «**Religião e sociedade na época contemporânea**», «**Vitalidade do catolicismo nos séculos XIX e XX**», e «**Pluralidade religiosa. Correntes cristãs e não-cristãs no universo religioso português**».

Trata-se, sem qualquer sombra de dúvi-

da, de uma obra marcante que tem como um dos seus principais méritos, a procura da escrita de uma História efectivamente afastada do discurso proselitista e laudatório que, sem grande espanto, poderia apresentar um livro oriundo do seio de uma instituição católica. Desta forma, esta grande obra de sistematização e de visão global do fenómeno tratado, é a mais completa imagem de um profundo amadurecimento de um centro de estudos, de um grupo de trabalho, de uma tentativa muito séria de investigação e de redacção.

Mas, sendo um primeiro esforço nacional no campo de uma visão que abrange uma grande diacronia, e sendo oriunda de um meio religioso que é, inevitavelmente, o grosso tratado na obra, alguns reparos na organização e na adopção de critérios há a fazer. De resto, parece-nos que numa recensão a uma obra desta envergadura e com a qualidade de redacção e de investigação que ela apresenta, só tem sentido uma *macro-crítica* e nunca uma busca de pequenas gralhas, pequenas falhas que perante o todo apenas denunciariam a mesquinhez de quem recensado. Não iremos por aí.

Pela organização das três partes em que este volume se organiza, facilmente se percebe a forma *etno-centrada* que esteve na

base da formulação da obra. É-nos apresentada uma primeira parte significativamente teórica (Religião e sociedade na época contemporânea) e duas outras partes divididas entre catolicismo (Vitalidade do catolicismo nos séculos XIX e XX) e não catolicismo (Pluralidade religiosa. Correntes cristãs e não-cristãs no universo religioso português). A opção por estas três partes parece-nos relativamente correcta, apesar de centrada no catolicismo, porque se percebe claramente o que levou a coordenação a tomar esta opção (o fim, na Idade Contemporânea, de uma posição inquestionável da Igreja Católica e o início de uma nova era em que há um desgaste da herança católica e o aparecimento de novas sensibilidades religiosas). Mas, se atentarmos para a forma de nomeação encontrada para, na terceira parte, referir as outras religiões presentes no tecido social nacional, ela foi mais que egocentrada, foi redutora, tomando o cristianismo católico como a base de identificação do “outro”: «Pluralidade religiosa. Correntes cristãs e não-cristãs no universo religioso português» – os “outros” em campo são, por oposição, quer ao universo tradicionalmente católico, quer à redacção da obra, os não católicos, os que falham nessa tradição, os que saíram do rebanho inicial.

De uma forma ainda mais global na organização da obra, é a própria formulação do título do volume que toma a parte pelo todo. «Religião e secularização» surge, pela leitura dos textos introdutórios, como uma certa luta entre dois pólos. A secularização é, então, “mais do que um processo de passagem dos bens da Igreja Católica para posse civil ou práticas de regalismo, é um modo de diagnosticar o que se considera o recuo do religioso – pela laicização, pela descristianização, pelo paganismo e pela extensão da incredulidade e irreligião, ou ainda pelo processo de desconfessionalização, desafecção e desvinculação” (p. 11). Ora, esta leitura da secularização, articulando-a com o restante título do volume, religião, torna a ser uma visão totalmente centrada no catolicismo e não no fenómeno religioso em si.

Por exemplo, quando na primeira metade do século XIX se dá passagem dos bens da Igreja Católica para o Estado, em nada se coloca em questão a confessionalidade da nação – vejam-se as diversas constituições da nossa Monarquia Constitucional e toda e qualquer dúvida será dissipada. O que estava em causa era todo o processo de constituição do Estado Liberal, não o de recusa religiosa alguma.

Mas mais, nesta visão global de, e torno a citar, “recuo do religioso – pela laicização, pela descristianização, pelo paganismo e pela extensão da incredulidade e irreligião, ou ainda pelo processo de desconfessionalização, desafecção e desvinculação”, tornamos a ter uma essencial visão do catolicismo que, efectivamente, ao longo do século XX perdeu grande parte dos seus praticantes. Se um investigador for analisar uma boa parte das confissões apresentadas no fim deste volume, nada desta definição de secularização a elas se pode aplicar de forma tão linear – a própria existência de confissões totalmente novas mostra que a essas não se pode aplicar uma visão derrotista. De novo, a posição do catolicismo no tecido social é a marca para a medida do todo.

De resto, como que tratando-se de lapsos de escrita, bastante significativos, ao longo desta obra muitas vezes surgem títulos de capítulos como «A religião como amparo social e como resistência às invasões francesas» (p. 21), ou «Recomposição do enquadramento religioso a partir da questão social» (p. 54), usando os vocábulos religião ou religioso como sinónimos de catolicismo ou católico.

Obviamente, a questão mais importante que neste quadro merece ser colocada reside na própria validade e sentido do conhecimento criado desta forma, neste formato de obra. De facto, neste livro não temos um claro discurso laudatório da Igreja Católica, mas temos uma forte redução teórica e de factos historiográficos ao meio e realidades católicas.

Em certa medida, não apresentando uma visão simplista da realidade do fenómeno religioso, esta *História Religiosa de*

Portugal pode levar o leitor a crer estar perante uma obra que, de facto, não é uma «História das Religiões em Portugal».

E é aqui que reside uma característica fundamental deste conjunto de textos. Estamos, sem qualquer dúvida perante uma excelente «História Religiosa», mas não perante uma «História das Religiões».

Desta forma compreende-se melhor a articulação das duas últimas das três partes apresentadas: a última delas apresenta o inevitável, a diversidade actualmente existente; a anterior trata das formas de reacção do catolicismo aos desafios que o mundo contemporâneo lhe colocou – no fundo, as formas como reagiu, positivamente, é claro, à erosão, às críticas e ao desgaste que conduziu a que existam realidades religiosas palpáveis não católicas.

No fundo, num sentido de devir da História, a segunda parte deste volume como que apresenta a inevitabilidade da ser obrigatório tratar o conteúdo da terceira. Mas mais, a segunda parte trata essencialmente das respostas positivas que o catolicismo deu aos desafios que lhe foram colocados; muito escapou à redacção dos textos aqui editados de respostas negativas, muitas vezes profundamente traumáticas para a sociedade nacional.

Ora, por mais rigorosa e honesta que seja uma «História Religiosa», ela sempre pecará pelo comprometimento com o momento presente. Mesmo que tal relação seja quase inconsciente, a verdade é que todo o meio de produção da obra se encontra em contacto com o universo de expectativas que a instituição nela deposita: este volume insere-se numa obra que é organizada pelo único centro de estudos de História Religiosa existente em Portugal, inserido na única universidade confessional deste país. Ilustrando um pouco mais a proximidade evidente entre o estudo do fenómeno e o próprio fenómeno em si enquanto comprometimento inevitável, um dos últimos Reitores dessa universidade é o actual Cardeal Patriarca da cidade onde essa universidade tem sede.

Mas, não só de comprometimentos com o presente vive esta obra. O tratamento

historiográfico do passado recente esquece alguns dos seus locais inevitáveis de memória.

Muito do que poderia ser considerado menos correcto para uma visão positiva do catolicismo na sociedade e na cultura portuguesa foi relativamente esquecido ou secundarizado. As figuras um tanto periféricas e por vezes incómodas surgem de forma muito suave. Frei Bento Domingues é referido apenas uma vez neste volume (e por sinal aparece erradamente no Índice Geral como Bento Domingos) – se há teólogo no panorama do catolicismo nacional na segunda metade do século XX, é ele. Da mesma forma, onde estão as Semanas Portuguesas de Teologia organizadas nos anos sessenta?

Num outro campo, o do confronto com a cultura e a sociedade, onde figuram nomes como o do Pe. José de Sousa Amado, jornalista e manualista que faz com que em Portugal muitas das mais enquistadas e retrógradas ideias sociais e anti científicas polulem pelos anos cinquenta e sessenta de oitocentos?

O volume fala da “vitalidade” do catolicismo nos séculos XIX e XX, esta ideia é mesmo o título de uma das três partes da obra (*Vitalidade do catolicismo nos séculos XIX e XX*), mas onde está o seu oposto? Onde estão os confrontos com a ciência? E com a cultura? Onde está a posição face a José Saramago (da qual, aliás, alguns membros da Igreja Católica não comungam)? Onde estão os párocos que no pós 25 de Abril indicavam aos seus fiéis para votarem em tal ou tal cor política?

De facto, o passado é difícil de digerir; esta obra é uma prova dessa má relação com a própria imagem de si por parte desta instituição milenar que é a Igreja.

Mas, por vezes parece que são os dados disponíveis que são claramente escolhidos para mostrar melhores imagens historiográficas. Por exemplo, nas pp. 206 a 212 são apresentados vários quadros e gráficos de muito interesse para a compreensão do lugar do catolicismo na sociedade portuguesa, mas nenhum desses quadros passa para além de 1982! Vejamos os primeiros cinco, os que mais recuados no tempo se

centram: «Ordens e congregações religiosas masculinas - 1948-1960», «Ordens e congregações religiosas femininas - 1948-1960», «Padres (diocesanos e regulares) [1932-1960]», «Número de admissões e ordenações nos seminários - 1930-1952», «Evolução do número de seminaristas por diocese [1930-1956]». Claro que se pode afirmar que são os dados que a bibliografia fornece ... mas também se pode dizer que são os dados que não mostram o descalabro dos números nas décadas de oitenta e de noventa do século XX.

Mas muitos mais “pequenos” casos, pequenos *acazos* da escrita da História, se poderiam apontar. Apenas um que, não sendo um erro, é um adocicar da visão da História tremendamente fácil e apetecível: onde está uma imagem de Salazar? O volume tem dezenas e dezenas de imagens para ilustrar a primeira metade do século XX ... e nem uma do homem que dirigiu a política nacional sob a qual o catolicismo voltou a ter um peso social e cultural de excepção. Isto para não falar das muitas imagens que retractam Salazar com Cerejeira e que são editadas em dezenas de livros sobre o Estado Novo. De facto, quem folhear rapidamente a obra não se cruza com essa figura, não corre o risco de pensar que o catolicismo em Portugal teve alguma coisa a ver com Salazar.

Muito do próprio presente, da fragili-

dade actual do catolicismo em Portugal e do comprometimento de muitas das suas figuras, é obviamente considerado implicitamente nesta obra. As ausências, as formulações, são em muito resultado desse problema tremendo e insolúvel em certos objectos tratados pela História: ao mesmo tempo, o fenómeno é passado pronto para ser analisado, e é presente e futuro de quem o analisa ... a robustez teórica para lançar braços a uma obra destas tem de reflectir o cuidado extremo face a estas dificuldades de definição do objecto e do historiador.

Neste sentido, a obra está lançada numa linha próxima a uma etnografia e antropologia que privilegia os ritos e as vivências sociais e humanas, as práticas individuais e dos grupos de indivíduos organizados. Ora, se bem que totalmente aceitável, esta postura face ao objecto historiográfico remete a escrita e a análise para um campo que aqui é bastante confortável; deixa de fora muito que de essencial haveria para tratar numa «História das Religiões em Portugal», ou mesmo numa «História do Catolicismo em Portugal»: as relações políticas, os momentos de ruptura com as elites dirigentes (políticas e culturais), no fundo, tudo o que é mais desconfortável para um discurso presentista.

Paulo Mendes Pinto

POR QUE FREUD REJEITOU DEUS?

Autor: ANA-MARIA RIZZUTO

Editora: Ed. Loyola, S. Paulo, Brasil, 2001, 268 pp.

Tradução: Maurício Balthazar Leal

ANA-MARIA RIZZUTO, docente e supervisora no Psychoanalytic Institute de Boston, procura, em toda a sua vasta bibliografia sobre a Psicologia da Religião, fundamentada grandemente na sua prática clínica, com uma grande atenção e subtilidade, *colar* a representação de Deus com as aprendizagens e os afectos dos primeiros tempos de vida de cada ser humano, como constituintes da sua psique.

O livro retrata essa visão psicanalítica da autora. Poderíamos mesmo afirmar que, ao procurar utilizar as mesmas *armas* de investigação de Freud, Ana-Maria se atreve a deitar o fundador da psicanálise no divã do analista.

A obra é uma profunda investigação à vida privada e social do médico, mas também é a tentativa de discernir a importância da sua colecção de objectos pessoais e dos indivíduos que com ele mais directamente lidaram. Ana-Maria está convencida que são estes elementos que lhe proporcionam a oportunidade de afirmar que, com aquele percurso de crescimento, dificilmente Freud poderia ser um crente em Deus.

É bem conhecida a posição ateísta que o fundador da psicanálise sempre teve. Educado no Judaísmo, muito cedo optou por um caminho muito diverso do que aprendera nos seus anos de infância, junto da família que era religiosa. Após essa reorientação de fundo, procurou trilhar novos caminhos de maneira consequente e honesta. O que chama a atenção, já desde muitos decénios, é a quase obsessão com que ele retorna ao assunto tanto nos seus escritos teóricos como nas suas agudas análises de casos clínicos, não excluindo a sua própria auto-análise. É de facto extensa a sua obra no que toca ao tema da religião. Este tema marca o início e o fecho de um pensamento que não recuou ante reformulações. Pode-se dizer que a religião é um dos fios condutores deste pensamento poderoso. Foi superado pelo da sexualidade – o seu outro grande objecto de preocupação. Por essa razão, muitos autores já tentaram explicar em termos da própria psicanálise a postura religiosa de Freud. Poder-se-ia até pensar que é difícil dizer algo de novo a esse respeito.

No entanto, a exaustiva interpretação feita por Ana-Maria Rizzuto, a respeito das raízes psicodinâmicas do ateísmo de Freud, retoma não só as indicações de autores mais antigos, como as integra e as supera. Este livro é de facto uma obra de pesquisa e de mestria. A autora é conhecida nos meios psicanalíticos americanos e europeus pela seriedade do seu trabalho científico e pela contribuição específica que trouxe ao estudo psicanalítico da religiosidade. Ela assume teoricamente as hipóteses das teorias das relações objectais, apoiando-se especificamente nas teorias de Winnicott. Usa com liberdade e originalidade alguns dos conceitos seminais deste psicanalista inglês que um pouco por todo o lado começa a ser objecto de atenção por parte dos que se interessam por uma compreensão psicológica bem fundamentada da religiosidade humana. Mas, o que caracteriza a sua pesquisa sobre o percurso que levou Freud a rejeitar tão radicalmente a ideia de Deus não é a discussão teórica dos conceitos da Psicanálise. A atenção

de Ana-Maria, num trabalho de detalhada pesquisa analítica, volta-se para os vínculos inconscientes e conscientes que Freud estabelece com as pessoas que significativamente marcaram a sua infância, já na fase pré-edipiana. Cumulando uma lacuna que se deve ao próprio Freud – sempre mais preocupado em vincular a atitude religiosa aos laços estabelecidos na fase edipiana com o pai – a autora traz dados interessantíssimos sobre as suas vinculações com a mãe e com a famosa ama que o levava à Igreja Católica, para grande alegria do menino então de tenra idade. Há outros detalhes preciosos, do ponto de vista interpretativo, no material levantado por Ana-Maria, no intuito de mostrar como o mundo de Freud estava marcado, nos seus detalhes, por antigas experiências vividas ao nível do inconsciente.

O raciocínio de Freud a favor das suas teses anti-religiosas, como sabemos é cerrado e complexo. Para a autora, a consideração em torno da formação da imagem de Deus, para Freud, não invalida a força dos seus argumentos e teses científicas sobre a religião. Essa é uma questão que a autora prefere não afrontar, dizendo, porém, que diverge tão somente do reducionismo racionalista de Freud e não da psicanálise que ela cultiva há decénios na cidade de Boston, cidade que a adoptou desde o dia em que teve de deixar a sua pátria, a Argentina.

Para ela é indispensável que olhemos com mais objectividade para a origem autobiográfica de alguns dos elementos constitutivos de algumas das hipóteses de Freud sobre a religião e a formação da imagem de Deus, como ela mesma demonstrou no seu livro *O Nascimento da Ideia do Deus Vivo*, de 1979. Tal visão leva a psicanálise de hoje, liberta das amarras do cientificismo, a concluir que o mais adequado seja não considerar apenas a fé religiosa como um resquício de medos e desejos infantis. Não é verdade, psicologicamente falando, que só o ateísmo seja indicativo de uma válida superação das ilusões e projecções que a criança cria porque carente de uma figura protectora.

O percurso espiritual do ateu Freud é apresentado em breves pinceladas, advertindo, desde já, que pensamos muito importante e mesmo exaustiva a investigação de Ana-Maria Rizzuto procurando as experiências infantis e juvenis que levaram Freud a desligar-se de qualquer simpatia pelo mundo religioso.

São figuras importantes desse crescimento a sua ama, que o levava à Igreja Católica do lugar e que misteriosamente desapareceu quando ele tinha três anos, na altura em que a sua mãe tem mais um filho e se muda para Viena. Esta sensação de perda e de rotura acompanhará Freud para sempre, mesmo quando, após a morte do pai, o substituir pela sua colecção de objectos, que segundo a autora se interligam com as imagens da uma bíblia ilustrada de Philippon que o pai lhe oferecera quando já tinha 35 anos.

Ela parte de uma visita que fez à exposição dos objectos pessoais de Freud que percorreu o mundo tornando conhecida a fantástica colecção de objectos de arte que Freud acumulou pacientemente durante toda a sua vida. São centenas de objectos preciosos, a maioria de origem oriental. Eles fizeram silenciosa companhia a Freud, especialmente no seu famoso consultório de Viena. Tornaram-se objectos da sua contemplação quotidiana. Na exposição sobre Freud estava também um exemplar da mesma Bíblia Philipson que Freud recebeu do seu pai, no dia de seu 35.º aniversário, como já referimos. Ana-Maria surpreendeu-se pela flagrante semelhança existente entre os objectos de arte da exposição e as gravuras estampadas na Bíblia recebida. Acaso? Não, seguramente, para alguém acostumado a ver o quotidiano desde o seu significado mais profundo e os seus movimentos inconscientes.

A autora decidiu investigar mais a fundo aquela interessante coincidência. Examinou com atenção cada detalhe da vida do fundador da Psicanálise, procurando aí as raízes do seu ateísmo. Ela demonstra que as experiências familiares vividas por ele no seio da sua família, com a mãe, o pai, a ama de leite, tornaram nele

psicologicamente impossível a formação de um *self* capaz de “acreditar em” – como diria Winnicott –, e de aceitar relacionar-se com um Deus providente, por ele nunca vivido como “suficientemente bom”.

Ao criticar, na sua auto-análise, as ilusões infantis e juvenis que foi reconhecendo nas suas representações de Deus, Freud teria optado por recusar em bloco a possibilidade de reconhecer a existência de Deus. Preferiu afirmar-se numa posição racional que para ele superava aquela “ilusão”, tornando-a desnecessária. Da crítica daquelas ilusões, ao que parece, nunca logrou passar à sublimação e transformação dos desejos e medos infantis nelas expressos. Os vínculos mais profundos de “não acreditar em” permaneceram por baixo da sua cerrada argumentação teórica.

Ana-Maria dá-nos conta desta luta interior quando, servindo-se da correspondência trocada com Silberstein, o jovem estudante de Medicina, acabado de deixar o liceu onde todos os anos frequentara a disciplina de Educação Moral, não consegue argumentar contra as teorias da existência de Deus que lhe são expostas pelo professor universitário de Filosofia, Franz Bertano, cuja leccionação entretanto decidiu acompanhar. São muitas as vezes que Freud cita esta relação, falando das suas discussões e da paixão que tem pelo pensamento e pela clarividência deste docente.

A autora resolveu ir mais além. Não aceitou a tese racional de que *a religião perpetua a ilusão infantil de estar protegido por um pai bondoso* e de que *adultos maduros devem libertar – se do anseio da infância por esse pai*. Ela procura, em cada detalhe da biografia de Freud, indícios que mostrem que, por baixo da sua densa argumentação racional existiam vínculos inconscientes cuja raiz guardava ambiguidades ditadas pelo inconsciente. Um ponto pouco conhecido e amplamente trabalhado por ela é dos laços de Freud com sua mãe, que propiciam uma visão nova de seus relacionamentos com o pai.

Nesta pesquisa, a mesma que como psicanalista está acostumada a fazer com os clientes, no divã do seu consultório, diz

que a sua busca foi guiada por *Freud mesmo... com as suas teorias sobre a formação e a transformação das representações de Deus e as emoções ligadas a elas* [...] E conclui: *As suas teorias sobre a religião podem ser lidas como uma psicobiografia não propositada da sua*

transformação particular e impremeditada em um "judeu sem Deus".

Goste-se ou não deste trabalho, qualquer análise séria, posterior, terá de olhar para ele.

Luís António Santos

O ALCORÃO

Autor: MICHAEL COOK

Editora: Temas e Debates, Lisboa, 2002

Tradução: João Manuel Pinheiro

O Islão está na moda. Em primeiro lugar, os acontecimentos da política internacional suscitaram alguma curiosidade acerca de uma civilização que, na maior parte dos casos, o público continuava a encarar como um foco de oposição ao mundo moderno ocidental. Se essa curiosidade já se fizera sentir no princípio da década de 90, quando da guerra do Iraque, a verdade é que nunca mais deixou de crescer. A ascensão e queda dos Taliban no Afeganistão ajudou a criar um clima de discussão popular em torno do «fundamentalismo islâmico» e as reportagens e documentários televisivos contribuíram para a disseminação de uma certa imagem do Islão que não mais poderia permanecer ignorada do grande público. Paralelamente, algumas tendências artísticas e culturais ligadas aos temas da espiritualidade descobriam os místicos do Islão, e as traduções dos textos sufis aumentaram significativamente (e Portugal não foi excepção). Em termos gerais, não importa qual a motivação, assiste-se por parte do Ocidente a uma vontade crescente de conhecer melhor a religião islâmica, e essa necessidade passa inevitavelmente pelo conhecimento do Alcorão.

Depois das obras de Régis Blachère é difícil publicar o que quer que seja como introdução ao Alcorão. No entanto, o acesso do público mais generalizado a obras académicas é, como se sabe, extremamente reduzido e torna-se imprescindível o recurso a textos de divulgação capazes de contribuir para uma melhor compreensão do Islão. Nesse aspecto, a edição portuguesa do livro de Michael Cook corresponde a um propósito louvável de publicação de

obras sobre a religião muçulmana, em que os conteúdos sejam facilmente assimilados pelo grande público. E de facto, a obra em questão esforça-se pela disponibilização de informação fundamental e interessante sobre o texto sagrado islâmico, procurando enriquecer o texto com ilustrações sobre o tema e fornecendo um tipo de informação com maior probabilidade de agradar aos leitores. Para além de alguns capítulos sobre o papel do Alcorão na liturgia e sociedade islâmicas, expõe sucintamente algumas das suas ideias fundamentais, acrescentando dados relativos à língua e escrita árabes e à tradução para outros idiomas.

Sem duvidar do valor da obra de Michael Cook podemos, no entanto, questionar-nos sobre a necessidade da tradução deste livro em particular. Porquê mais um livro sobre o Alcorão quando já existe um número elevado de estudos que disponibilizam um conjunto de informações de profundidade considerável? De um certo ponto de vista, e tendo em conta a reduzida dimensão dos estudos islâmicos no mercado livreiro português, a opção pela edição de um trabalho recente sobre o tema pode justificar a escolha; mas porque não editar as obras dos autores que serviram de base à investigação de Michael Cook, como por exemplo W. Montgomery Watt? Com efeito, a própria estrutura do livro de Cook obedece a uma lógica bastante criticável. Organizar o livro segundo uma ordem que relega para o fim o capítulo sobre a formação do Alcorão não parece uma boa opção. Em todo o caso, a própria edição portuguesa apresenta alguns pontos fracos. Trata-se de uma obra ilustrada com diversas imagens e fotografias, mas as reproduções são, na maior parte das vezes, de má qualidade (digitalizações com pouca definição). Por outro lado, a tradução para português recorre por

vezes a um vocabulário que nos parece demasiado simplista. As próprias citações dos versículos alcorânicos têm como suporte duas traduções portuguesas, mas a nota de rodapé que confessa a adição de “algumas modificações exigidas pelo original inglês” não é de todo razoável. No final do livro, uma explicação sobre as formas de transcrição do árabe disponibiliza um modelo gráfico que não é utilizado na obra (pelo menos no que diz respeito às vogais longas e às consoantes enfáticas).

Todavia, nem tudo se resume a pontos negativos na edição da *Temas e Debates*.

Existe claramente uma preocupação em direccionar o leitor português para as obras publicadas sobre o assunto. Ou seja, estamos perante uma edição que pretende colmatar uma lacuna grave do panorama editorial nacional, esforçando-se mesmo por indicar a (parca) bibliografia em língua portuguesa como suporte. Mas embora reconheçamos que a publicação sistemática de obras sobre a religião islâmica tem de começar por algum lado, não podemos deixar de pensar que a orientação poderia ser bem melhor.

Vasco Resende

DEUS, UM ITINERÁRIO

Autor: RÉGIS DEBRAY – Âmbar, Porto, 2002

1. Régis Debray nasceu em 1940. O seu itinerário é conhecido e controverso. De guerrilheiro na América Latina e prisioneiro na Bolívia, entre 1967 e 1970, a ensaísta, romancista, configurador da *mediologia* e professor universitário – com breves passagens pela actividade política –, Régis Debray teve a satisfação de ver quase unanimemente saudado o seu relatório sobre «o ensino do facto religioso na escola pública francesa». Apresentado oficialmente em 2002, já se encontra em fase de aplicação.

Tornou-se um lugar comum dizer que não se conhecem grupos humanos sem religião. E Régis Debray retoma a ideia de que a formação de um grupo estável supõe uma articulação com um referente externo, transcendente. Não há sociedade que não celebre qualquer coisa: um mito de fundação, um acontecimento lendário, um texto sagrado ou sacralizado, um Deus único. A secularização, ao contrário daquilo que se repete, não produziu sociedades agnósticas. Gerou apenas sociedades supersticiosas, entregando-as a cultos de personalidades delirantes, como aconteceu no mundo comunista, ou a um imaginário colectivo digno de uma sociedade do séc. X antes de Jesus Cristo, como se pode ver actualmente em muitas sociedades.

2. Na escola laica francesa, independentemente das convicções de cada um, o

“facto religioso” não deve ser ignorado nem abordado como objecto de culto, mas como tarefa cultural, isto é, como objecto de observação e de reflexão. Para a cultura o que pertence à cultura; para o culto o que ao culto pertence.

Deste ponto de vista, o que importa é oferecer aos alunos chaves de interpretação da nossa cultura, sabendo que o facto religioso não é tudo, mas está presente em quase tudo.

O acolhimento, que o relatório de Régis Debray conseguiu, permitiu-lhe lançar o projecto de um *Instituto Europeu de Ciências da Religião*. Contou, à partida, com o aval de Jack Lang e do governo socialista. A sua criação foi oficializada, no verão passado, pelo ministro Luc Ferry do actual governo de direita.

Fora a discordância de alguns defensores da velha e dura laicidade, o consenso político repetiu-se em torno deste novo Instituto, colocado na órbita da *École pratique de hautes-études* (EPHE), enquanto centro de documentação e como instituição de “formação de formadores”.

Régis Debray defende, desde há muito, que é fundamental superar a «laicidade da incompetência» – o facto religioso não interessa – com a «laicidade da inteligência» – é nosso dever compreender o facto religioso omnipresente na cultura. Como em qualquer outro ramo do saber, ninguém é automaticamente bem informado e competente na observação e na interpretação do “facto religioso”.

3. Recordo tudo isto, para dizer o horizonte e o contexto da última obra de Régis Debray que teve um grande êxito em França – revestiu o estatuto de uma obra “programática” – e que a editorial Âmbar colocou, com beleza, ao dispor do público português: *Deus, um Itinerário. Materiais para a história do Eterno Ocidente*. É o exercício perfeito de uma laicidade inteligente.

Tenho sempre muita dificuldade com o cerimonial da apresentação dos livros. O apresentador não pode servir de guia numa visita à obra desconhecida nem debata-la com aqueles que ainda são apenas seus potenciais leitores.

É verdade que um livro, uma vez publicado, pertence a quem o lê. O autor não tem sobre ele privilégios de interpretação. Mas hoje, neste auditório da *Culutgest*, seria ridículo fazer o lançamento desta obra com a presença do autor, como se ele estivesse morto... Como eu, o que o público mais deseja, é ouvir e interrogar Régis Debray.

4. A força extraordinária deste livro resulta do método com que é abordado o nascimento e o itinerário surpreendentes do monoteísmo judaico e cristão. Não é como exegeta, historiador ou filósofo que o autor se exprime nesta obra, mas como *mediólogo*. Daí resulta a sua originalidade e o seu extraordinário fascínio.

A *mediologia* – criação do autor através de uma tese de doutoramento – procura mostrar como as actividades superiores, simbólicas, tais como a religião, a arte, a ideologia, podem e devem ser postas em correlação com os processos de conservação e transmissão das mensagens. Paradoxalmente, descreve-se e explica-se o superior mediante o inferior.

Este tipo de análise não pretende ser uma ciência, mas o exercício regulado de uma curiosidade intelectual, um campo de investigação, uma família de pensamento, uma interrogação partilhada, uma prática interdisciplinar que, por isso, se torna muito complexa.

Já noutra sua obra de referência – *Vie et mort de l’image* – eram saborosos os frutos da utilização do método *medialógico*.

5. No começo deste Outono, frei Francolino Gonçalves, um dominicano português, grande investigador e professor na *Escola Bíblica de Jerusalém* desde há muitos anos – escola tão celebrada na obra de Régis Debray – expôs, no convento de S. Domingos de Lisboa, a pluralidade e os enigmas dos monoteísmos do Antigo Testamento. Régis Debray não entra nesse campo como arqueólogo, historiador ou exegeta, embora tenham sido esses percursos que lhe permitiram fazer o seu próprio caminho. Segue sempre a sua estrela e o seu método.

Não estamos habituados a ouvir falar de Deus a partir da argila cozida, de papiros, de pergaminho, de codex, de livro e de computador. São os objectos técnicos, os suportes físicos, os instrumentos que permitem dizer a transcendência da mensagem bíblica. Neste método, o suporte material de transmissão parece ter primazia em relação ao conteúdo.

6. O autor tenta escrever a história de Deus, destacando o modo como o monoteísmo judaico nasce e se difunde sob a forma cristã – o islâmico só é abordado de forma lateral – até se apagar em nossos dias, o que corresponde às três partes do livro. A primeira parte é a mais inovadora: é a passagem de um Deus visto – um Deus volumoso, local, ligado a uma terra, a um santuário – para um Deus lido e portátil.

O Deus de Abraão, de Isaac e de Jacob nasce do deserto e da escrita alfabética. É precisamente a reunião destes dois elementos que explica esta crença num Deus simultaneamente infinito, único, federador de um povo nómada, abstracto, desligado de qualquer representação sensível, isto é, em ruptura com um Deus imaginado. Deus miniaturiza-se: está em tabuletas de argila cozida, depois em rolos de couro, depois ainda em papiros. Torna-se facilmente transportável.

Daí a insistência de Régis Debray em mostrar a logística de Iavé, fornecendo planos pormenorizados da Arca santa que servirá para transportar as Tábuas da Lei.

Até Moisés, uma divindade corres-

pondia a uma cidade. Com ele, Deus é acessível seja a quem for, seja onde for, não está enraizado num local.

Régis Debray levanta uma questão pertinente e, desde há muito, discutida: porque será que o judaísmo acabou por sacralizar, de forma rígida, alguns pedaços de terra, quando esta religião se instaurou contra o princípio da sacralização de um lugar? Claro que há razões que não posso explicitar aqui.

7. As páginas dedicadas ao cristianismo não são menos interessantes. Com o codex, o *medium* muda. O rolo é substituído por um suporte que facilita a transmissão. Passa-se de um «Deus transportável para um Deus manejável».

A Igreja como instituição serve de meio para a difusão da mensagem. O cristianismo surge e é descrito como uma verdadeira empresa de comunicação. É uma religião que se dirige a todos.

Régis Debray demora-se em descrever tudo o que serviu para alargar a audiência do catolicismo como, por exemplo, o desenvolvimento das imagens marianas e, mais globalmente, da arte sacra. Daí a importância que teve o Sínodo geral de Nicéia que reabilitou o culto das imagens. Hollivood nasceu em 787 d. C.! O cristianismo revelou-se assim o menos masculino e cerebral dos monoteísmos.

As páginas dedicadas ao aparecimento do livro e ao nascimento do protestantismo – sem Guttenberg não haveria Lutero – não exprimem idéias novas, mas são conseqüentes com a descoberta espantosa da lei desta evolução: tabuletas, rolos, codex, livro... Embora, em todo o processo, nunca R. Debray aplique o princípio de uma causalidade estritamente determinista.

Um dispositivo técnico não explica a

fé ou a crença, mas pode mostrar as formas que a fé e a crença assumem ao longo da história. Atrevo-me a dizer, para terminar, que a Comissão Pontifícia Bíblica terá de acrescentar, à variedade de métodos de leitura e interpretação da Bíblia na Igreja, o método, a problemática e os questionamentos do complexo *mediológico* usados com um inebriante fulgor de estilo, desde a primeira à última página, como podemos ver no *Post-scriptum* que passo a ler:

«Desculpem ser pouco. A minha biografia, afinal, valia mais do que a minha definição. Eu ficava aquém do meu futuro com o famoso “Eu sou aquele que sou”. Devia ter dito a Moisés: Aquele que morre e se transforma. Sou o Ser cuja essência consiste em jogar às escondidas, em esconder-vos o rosto e surpreender-vos por trás. Milénio após milénio. No fundo, eu era a própria poesia: um mito que diz a verdade. E a verdade, é que vocês não podem passar sem um poema, um sonho colectivo, uma faísca de outras paragens, se querem *viver* e não apenas sobreviver. Vocês são demasiado poucos, para conseguirem sozinhos. Esqueçam os números. Podem ser cinco, dez mil milhões nesta terra, que isso nada alterará a vossa insuficiência de ser. Vão continuar em falta. Sugeri que a culpa era vossa, com a história do pecado original, para vos fazer ver e vos culpabilizar, de passagem. Não passava, acreditem, de uma força de expressão. Encontrem outras, se vos der para aí, mas nunca vão escapar à vertical. Havemos de voltar a encontrar-nos. Eu ou Outro... Adeus.» (p. 381).

Frei Bento Domingues, op

Nota: Este texto serviu de base à apresentação da obra, na *Culturgest*, com a presença do autor, em 13 de Novembro de 2002.

BARBARA G. WALKER
*Dicionário dos Símbolos
e Objectos Sagrados da Mulher*
Planeta Editora, Lisboa, 2002

A obra aqui apresentada é um dicionário que, como muitas obras que pretendem

abarcam realidades bastante diversas, pecam por algumas falhas. De uma forma geral, trata-se de uma obra bastante completa, a nível de quantidade de verbetes, com mais de 500 páginas de ricas ilustrações sobre a temática apresentada. Os vários símbolos e objectos sagrados estão or-

ganizados em 21 capítulos iniciados por uma introdução específica.

Na Introdução geral, onde é apresentada a obra, a sua organização e os seus objectivos, a autora mostra Ter consciência da fragilidade inevitável do texto que apresenta: «o simbolismo é um tema traiçoeiro» (p. 9). A meu ver, ela própria deixou-se atrair, a começar pelo título que deu à sua obra e não só. Parece-me abusivo dizer que se trata de símbolos e objectos sagrados *da* mulher. Esta generalização é, obviamente, frágil e não resiste a uma consistente crítica.

Na descrição de cada um dos símbolos apresentados, além de explicações simplistas, há interpretações demasiado forçadas. Destaco um exemplo: CATEDRAL. Confunde a *dedicação* do templo com a *função* do mesmo. As catedrais eram dedicadas, geralmente, a “Nossa Senhora” e, muitas vezes, construídas em locais de antigos templos de deusas, mas tinham como função ser o lugar da *cátedra* do bispo. Daí o termo Catedral e não por serem “Palácios da Rainha dos Céus”. Ainda nesta entrada há um outro equívoco: o significado de *Igreja*. Por um lado diz que *Eclésia* é um dos nomes de “Maria”, o que me parece improvável. Quando muito,

Maria seria considerada a Mãe da Igreja. Por outro, diz que *Eclésia*, originariamente, se referia a uma assembleia ou parlamento de mulheres, o que também não está correcto (cf. p. 93-94). No período clássico, o termo grego *ecclesia* significava “assembleia de cidadãos”; no helenismo da diáspora (séc. III a.C.), os judeus adoptaram-no para traduzir o seu termo *Qahal*, isto é, a assembleia que no Sinai acolheu a Aliança de Yahvé; as primeiras comunidades cristãs, fora de Jerusalém, designavam-se “igrejas domésticas”, que poderiam ter como líder uma mulher ou um homem, mas nunca significou “assembleia de mulheres”, ainda que algumas fossem constituídas só por mulheres.

Como se pode tomar pelo exemplo apresentado, a autora manifesta um conhecimento muito deficitário da simbólica judaica e cristã e daí as suas confusões que, de forma por vezes escusadas, retiram algum do peso e do valor que uma síntese deste género merece.

Obras como esta podem levar ao descrédito da literatura feminista pois ao tentarem lançar amarras a toda a realidade existente, nenhuma abarcam e mostram a fragilidade de certas argumentações.

Maria Julieta Dias

O CRISTIANISMO - Essência e História

Autor: HANS KÜNG

Círculo de Leitores, Lisboa, 2002

Tradução: Gemeniano Cascais Franco

1. O Círculo dos Leitores lançou em 2002, na colecção Nova Consciência, uma obra muito original acerca de um tema que parecia esgotado: *O Cristianismo. Essência e História*.

Trata-se de um livro que não é para ler num só fim-de-semana. São 880 páginas bem argumentadas que necessitam de uma leitura consistente: quem as abrir não vai arrumar esta obra admirável sem a estudar. Não é reservada a especialistas, mas também não é uma obra de divulgação. Escapa a essas arrumações.

“É uma permanente provocação a pensar, de forma bem documentada, dois

mil anos de história do cristianismo – ortodoxo, católico romano e protestante –, tendo como fio condutor e perspectiva permanente as mudanças de paradigma, conceito bebido em Thomas Khun”. O autor desta odisséia que se centra na noção de “paradigma” é Hans Kung, professor de Tübinga, teólogo do Vaticano e um dos teólogos ecuménicos mais críticos, inovadores e fecundos do século XX.

2. Hans Kung sabe que não é o primeiro e não será o último a tentar captar e expor a “essência do cristianismo” dividido em várias Igrejas com percursos, durante séculos, de hostilidades escandalosas e de ignorância recíprocas.

O autor começa mesmo por fazer uma resenha dos ensaios de reconstrução histórica da especificidade cristã. Neste ponto,

fixa-se sobretudo no percurso que vem da Reforma – preocupada em distinguir o que é cristão das suas perversões – passando pelo pietismo protestante do séc. XVII e a problemática da “Aufklärung” do século XVIII.

Mais próximo de nós, observa que 50 anos depois da obra de Feurbach sobre “A Essência do Cristianismo”, Adolf von Harnack, um célebre historiador da Igreja, proferiu em 1900, na Universidade de Berlim – perante ouvintes de todas as faculdades – uma famosa série de lições com esse mesmo tema.

Harnack, que tinha escrito a história dos dogmas em vários volumes, procurou – de uma forma concisa, límpida, compreensível por todos – regressar ao cristianismo dos começos, à mensagem cristã na sua sobriedade e na sua “ingenuidade” das origens, isto é, anterior aos dogmas da Igreja.

Essas lições sobre “A Essência do Cristianismo” foram convertidas num livro que teve um êxito formidável, mas era êxito de uma redução.

3. Entre a canonização da história das Igrejas e a sua supressão, não haverá outros caminhos para detectar “a essência do cristianismo” e as suas perversões no próprio desenrolar de uma história bimilenar?

Ora, Hans Kung não se encontra no caminho reducionista de Harnack. Mas antes, enceta o seu longo percurso, de forma enfática, por um grupo de pontos essenciais: sem Jesus Cristo, não teríamos os rumores judeus e pagãos acerca dos seus discípulos; sem Jesus Cristo, não teríamos comunidades cristãs nem a colectânea de Escritos do Novo Testamento que liga todas as tradições e que, na sua grande diversidade, não são totalmente heterogêneas; sem Jesus Cristo não há história do cristianismo e das Igrejas cristãs. É ele que as liga para lá das rupturas. É ele que estabelece a unidade entre as épocas históricas que, ainda assim, não são totalmente divergentes.

O nome Jesus Cristo – que se tomou um nome próprio desde a época do Novo Testamento – permanece o seu verdadeiro

nome, normativo. Está fora de questão renunciar ao que é mais cristão no cristianismo!

O cristianismo não é um princípio abstracto, uma fórmula ou um dogma. É uma figura viva. Não se pede ao cristão que dê apenas forma “cristã” ao conjunto da sua existência, que seja discípulo das bem-aventuranças. Pede-se que viva ligado a Jesus Cristo e que coloque nele toda a confiança. É ele o caminho, a verdade e a vida.

A íntima ligação a Deus faz parte da identidade de lições de Jesus Cristo conduzido pelo Espírito Santo. Eis, por isso, os elementos estruturais e centrais da fé cristã: a fé-adesão ao Deus único é o seu pressuposto activo constante; a fé-adesão a Jesus Cristo é a sua representação fundamental e normativa; a fé-adesão ao Espírito Santo é a sua força sempre actuante.

4. Não é para enunciar e fundamentar estas convicções que Hans Kung concebeu e escreveu estas 850 páginas. A grande riqueza e originalidade desta obra consiste na investigação das razões que levaram às mudanças de paradigma ao longo de dois mil anos de história de fidelidade e de traição à essência do Evangelho: o Paradigma judeo-apocalíptico primitivo; o paradigma ecuménico helenístico da antiguidade cristã; o paradigma católico romano medieval; o paradigma evangélico da Reforma; o paradigma da modernidade: fé na razão e no progresso. Uma aventura para abrir caminhos a um ecumenismo crítico e corajoso.

No limiar da obra aqui apresentada, tal como do fenómeno religioso sobre a qual se debruça, trata-se de uma história sem epílogo. Na realização histórica da sua essência pluridimensional, o cristianismo tem diante de si os desafios do tempo presente da Europa, da África, da Ásia, da América Latina, da América do Norte. Desafios globais e locais inéditos a partilhar no âmbito do diálogo intercultural e inter-religioso. Desafios da estrela universalista dos reis magos.

Frei Bento Domingues, O.P.

Informações Bibliográficas

JOSÉ NUNES CARREIRA
Literaturas da Mesopotâmia
 Centro de História
 da Universidade de Lisboa
 Lisboa, 2002, 207 pp.

No seguimento de outras obras generalistas (*Estudos de cultura pré-clássica: religião e cultura na Antiguidade oriental*, 1985; *História antes de Heródoto: historiografia e ideia de história na Antiguidade oriental*, 1993; *Filosofia antes dos gregos*, 1994; *Mito, mundo e monoteísmo: intuições-mestras de altas culturas antigas*, 1994; *Historiografia hitita*, 1999; e *Cantigas de Amor do Oriente Antigo: Estudo e Antologia*, 1999), José Nunes Carreira (JNC) apresenta agora, com a chancela do Centro de História da sua universidade, um volume sobre as literaturas da Mesopotâmia.

Numa abordagem que alia divulgação e análise conhecedora das matérias tratadas, JNC leva-nos ao maravilhoso mundo dos textos da Suméria e de Acad.

O autor apresenta a sua obra dividida nos seus dois grandes núcleos culturais já citados (Suméria e mundo acádico), redigindo para cada um deles atractivas e estimulantes introduções históricas e literárias, aprofundando os seus relacionamentos com a restante cultura da época, dinâmicas políticas e formulações religiosas.

Como nos tem acostumado, JNC dá ao leitor uma vastidão de contributos bibliográficos, acompanhados por inúmeros trechos de fontes da época.

Para cada cultura apresenta os seguintes capítulos: «poemas mitológicos», «contos épicos», «escritos sapiensiais», «textos histórico-literários» e «lírica cultural e profana» (Literatura Suméria); «epopeias de criação», «epopeias de heróis divinos», «mitos de ascensão», «Epopéia de Gilgamesh», «escritos sapiensiais» e «textos histórico-literários» (Literatura Acádica).

Trata-se de mais um marco bibliográfico nacional, imprescindível para todos

os que neste país se dedicam ao estudo do Mundo Pré-Clássico.

É de notar, algumas falhas na revisão e, essencialmente, na planificação gráfica que a obra teve. São muitas as “gralhas” que inundam as páginas deste livro e que predispoem negativamente o leitor exigente. Da mesma forma, não houve cuidado na construção do índice geral: as longas e importantes introduções feitas aos dois grupos culturais (já aqui focadas) não aparecem no índice geral. O leitor que manuseie esse suposto instrumento de mediação não sabe que o autor redigiu esses importantes textos de mais de uma dezena de páginas.

Paulo Mendes Pinto

JACQUES LACARRIÈRE
Os Gnósticos
 Fim de Século, Lisboa, 2001, 163 pp.

Na recente edição da Fim de Século, cujo original é de 1991, Jacques Lacarrière transporta-nos para a antiga gnose, para o mundo do saber metafísico da verdade transcendental que varreu o a bacia do Mediterrâneo nos séculos que mediarão a passagem para a era cristã.

Como assinala Lawrence Durel no “Prefácio”, a sua reconstituição da vida gnóstica é profundamente convincente (p. 9). Bem documentada, esta obra, tanto mais porque é em português, é um significativo marco para a compreensão desses grupos vagos, disformes e heterodoxos, que foram os gnósticos.

Apesar das escassas fontes (e quase sempre redigidas pelo lado dos vencedores, os que combateram e perseguiram a gnose), J. Lacarrière consegue aludir a um conjunto base da vivência gnóstica: visão do cosmos, visão do homem, integração do homem no cosmos, salvação.

Ao longo de quatro capítulos, o autor percorre os seguinte temas fundamentais: “O processo do Mundo” – subcap.: *O ras-*

gão, *O fogo obscuro, O estrangeiro, contrabração de um corpo*; "História, Homens, Seitas" – subcap.: *As estradas de Samaria, Os mestres da sabedoria, A experiência abso-luta, A cinza e as estrelas, O impossível espelho*; "Os caminhos da gnose" – subcap.: *Os errantes do mundo, A pureza das montanhas*; "Um mundo que brinca ao gnosticismo".

De realçar que o último capítulo é um guia de introdução às principais fontes e bibliografia. Assim, encontra-se dividida nas partes: *Orientação bibliográfica, Textos gnósticos, Os autores cristãos, Bibliografia da gnose*.

Paulo Mendes Pinto.

Les Collections de l'Histoire

H. S. n.º 17,

«Violence au nom de Dieu: les guerres de religion»,

Oct. 2002, 98 pp.

Em mais um excepcional volume, a revista *L'Histoire* apresenta-nos uma recolha de artigos centrados na actualíssima questão das guerras de religião.

Este volume centra-se no caso específico das guerras de religião ocorridas em França ao longo dos séculos XVI e XVII. O ponto de partida para a recolha dos artigos foi o Grande Cisma: em meados do século XVI já existiam em França para cima de 2 milhões de protestantes. O conflito era iminente e a situação de diferenciação religiosa irreversível.

Este grande dossier é-nos apresentado em três partes: *Le Grand Sisme, La Guerre Civile, e Vers la Pacification*.

No primeiro capítulo encontramos dois artigos, um de François Lebrun, "Le grand sisme", e de Joel Cornette "Calvin: itinéraire d'un fondateur de religion".

O capítulo seguinte, bem mais robusto, é constituído por seis artigos: de Jean-François Dubost "Huit guerres qui ont déchiré la France", em entrevista a Denis Crouzet "Massacres au nom de Dieu", novamente por Joel Cornette "Saint-Barthélemy: qui est responsable?", também de

Jean-François Dubost "La legende noire de la Reine Margot", de Janine Garrison "Les Pays d'Oc dans la tourmente" e por Joel Cornette "Et henry IV devien catholique".

No último capítulo temos outros seis artigos: de Olivier Christin "L'édit de Nantes ou la victoire du compromis", por Janine Garrison "Enquête sur une révocation", por Michelle Magdelaine «Les Chemins de l'exil», de Philippe Joutard «La cévenne des camisards», de Élisabeth Labrousse «1787: un état civil pour les protestants», de Claude Aziza «Romanciers: le gout du sang», e por Philippe Joutard «Le déficit protestant».

Este valioso volume, como normalmente nesta cuidada colecção, apresenta um léxico, uma cronologia e, no fim da cada capítulo, um grupo de indicações bibliográficas sobre a temática tratada.

Paulo Mendes Pinto

PIERRE VIDAL-NAQUET

O Mundo de Homero

Teorema, Lisboa, 2002, 165 pp.

Tradução: Conceição Moreira, Fátima Costa e Telmo Costa

Segundo a edição francesa de 2000, a Teorema acaba de apresentar uma modelar texto sobre o mundo homérico; o autor, por demais conhecido em Portugal através de várias traduções, merece todo o crédito e foi, pois, com expectativa, que iniciámos a leitura desta obra.

Ao longo de nove breves capítulos, o conhecido autor traça um percurso segundo alguns dos pontos de discussão mais importantes a respeito de Homero e dos seus supostos poemas épicos: "Breve história de dois poemas", "A História e a Geografia", "Gregos e Troianos", "A guerra, a morte, a paz", "Cidade dos deuses, cidade dos homens", "Homens e mulheres, jovens e velhos", "O rei, o mendigo e o artesão", "Poesia" e "As questões homéricas".

O livro é lançado através de memórias

que construíram o próprio investigador. *Quando era pequeno, em Paris, antes da guerra de 1939, tinha uma colectânea sobre as lendas da guerra de Tróia [...]; é assim que este texto começa no seu "Preâmbulo". De facto, mais que uma sùmula, um certo estado da arte, este livro é literalmente um momento de paixão entre um investigador e um dos seus mais preciosos objectos de trabalho.*

A obra que Vidal-Naquet nos traz é um contínuo canto de espanto perante a complexidade de questões que esse livro que fascina crianças nos pode criar. Esse fascínio continua, de facto, a ser idêntico, próximo; mesmo a descoberta, a cientificação da leitura reage no leitor atento de forma próxima. Como Vidal-Naquet termina o seu "Preâmbulo", *gostaria de, com este livro, tentar fazer-vos partilhar, leitores de todas as idades, a alegria que me deram, que continuam a dar-me estas duas epopeias, contar alguns dos seus episódios, é certo, mas também situá-los no seu contexto, quer no espaço, quer no tempo.*

A leitura deste livro é por demais absorvente para que se possa não dizer que o objectivo do autor não é atingido. De um trago, de uma leitura única e contínua, este livro volta a trazer o leitor desprevenido para o universo de Homero, qualquer que ele seja.

O livro está ainda ilustrado com apetecíveis documentos fotográficos, assim como recheado de trechos de fontes clássicas, essencialmente da *Iliada* e da *Odisseia*. Os autores da tradução estão de parabéns pelo conjunto de opções de edição dos textos gregos: seguiram as versões portuguesas mediante tradução directa do grego, especialmente as da Maria Helena da Rocha Pereira, em vez de traduzir os trechos do francês, e, neste princípio, não seguiram nenhuma das edições portuguesas dos textos homéricos por nenhuma delas apresentar credibilidade do ponto de vista da tradução apresentada. Por último, o livro tem ainda um pequeno, mas útil, índice de temas e de nomes.

Paulo Mendes Pinto

DAVID VALENTE, ALBERTO FRANCO

Liberdade Religiosa

Nova Lei: Comentada e anotada,
Lisboa, DisLivro, 2002, 597 pp.

Finalmente em Portugal temos um guia consistente do material legal que implica directamente as religiões. No volume aqui apresentado, os dois autores, conhecedores profundos da temática, elencam e sistematizam o que com aplicabilidade actual existe no *corpus* legal português sobre as religiões.

O como que pretexto desta edição é a publicação anotada da recente Lei de Liberdade Religiosa, uma profunda lacuna do nosso sistema jurídico, apenas colmatada mais de vinte e cinco anos depois da revolução das liberdades.

De facto, ao longo de umas bem construídas 60 páginas, os autores apresentam a dita lei, comentando-a artigo a artigo.

Mas este volume apresenta-nos muito mais. Das leis mais gerais aos produtos legislativos mais específicos, este livro edita:

Liberdade Religiosa

- Tratado de Roma
- Constituição da República Portuguesa
- Lei da Liberdade Religiosa
(Lei n. 16/2001, de 22 de Junho)
- Concordata entre a Santa Sé e a República Portuguesa
(Artigos 1.º a 30.º)
- Protocolo Adicional (1975)
(De 4 de Abril de 1975)
- Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa
(Artigos 1.º a 21.º)
- Empenhamento do Estado Português na Defesa e Promoção do Direito à Liberdade Religiosa
(Resolução da Assembleia da República n.º 40/2000, de 28 de Abril)
- Abertura e Realização do Processo de Revisão da Concordata de 7 de Maio de 1940
(Resolução da Assembleia da República n.º 39/2000)

- Comissão para a Negociação da Revisão da Concordata entre Portugal e a Santa Sé (Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2001)

Ensino

- Regulamentação da Leccionação da Disciplina de Religião e Moral Católicas (Decreto-Lei n.º 323/83, de 5 de Julho)
- Leccionação da Disciplina de Religião e Moral Católicas (Portaria n.º 333/86, de 2 de Julho)
- Ensino de Educação Moral e Religiosa Católica (Portaria n.º 831/87, de 16 de Outubro)
- Ensino da Disciplina de Educação Moral e Religiosa de Diversas Confissões Religiosas (Decreto-Lei n.º 329/98, de 2 de Novembro)
- Inscrição Específica na Disciplina de Religião e Moral Católica (Portaria n.º 344-A/88, de 31 de Maio)
- Habilitações Próprias e Suficientes para a Leccionação da Disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (Despacho Normativo n.º 6-A/90, de 31 de Janeiro)
- Habilitações dos Agentes de Ensino que Ministram Disciplinas de Religião e Moral (Decreto-Lei n.º 52/77, de 16 de Fevereiro)
- Professores da Disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica (Decreto-Lei n.º 407/89, de 16 de Novembro)
- Criação de Lugares da Quadro para Professores de Educação Moral e Religiosa Católica (Decreto Legislativo Regional n.º 18/90/M, de 21 de Junho)
- Habilitações para a Docência da Disciplina de Religião e Moral (Decreto-Lei n.º 469/82, de 14 de Dezembro)
- Habilitações Próprias e Suficientes para a Leccionação da Disciplina de Educação Moral e Religiosa Evangélica (Despacho conjunto n.º 179/97, de 16 de Julho)
- Carreira Docente (Despacho n.º 4357/98, de 13 de Março)

Assistência

- Estatuto dos Capelães Hospitalares (Decreto Regulamentar n.º 58, de 10 de Outubro)

- Exercício de Funções de Assistência Religiosa nos Hospitais por Leigos (Decreto Regulamentar n.º 22/90, de 3 de Agosto)
- Assistência Religiosa aos Doentes Internados em Estabelecimentos de Saúde (Portaria n.º 603/82, de 18 de Junho)
- Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 93/91, de 26 de Fevereiro)
- Quadro de Pessoal Capelão do Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas (Portaria n.º 204/99, de 25 de Março)
- Regulamenta a Assistência Religiosa nos Estabelecimentos Prisionais (Decreto-Lei n.º 79/83, de 9 de Fevereiro)

Benefícios Fiscais e Segurança Social

- Estatuto do Mecenato (Decreto-Lei n.º 74/99, de 16 de Março)
- Regime Geral de Previdência Aplicável ao Clero Secular e Religioso da Igreja Católica e Ministros de Outras Igrejas (Decreto Regulamentar n.º 5/83, de 31 de Janeiro)
- Taxas Contributivas do Regime Geral de Segurança Social (Decreto-Lei n.º 199/99, de 8 de Junho)
- Restituição de IVA à Igreja Católica (Decreto-Lei n.º 20/90, de 13 de Janeiro)

Outros

- Lei da Televisão (Lei n.º 31-A/98, de 14 de Julho)
- Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural (Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro)
- Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (Lei n.º 14/90, de 9 de Junho)

Jurisprudência

- Acórdãos do Tribunal Constitucional (N.º 92/84, de 7 de Novembro) (N.º 423/87, de 26 de Novembro de 1987)

Assim, trata-se de um instrumento fundamental para a boa compreensão da relação entre as diferentes religiões e o Estado Português; bem como, um guia imprescindível para todos os que, dentro do universo religioso, se cruzam frequentemente com o universo legal que os enquadra.

Paulo Mendes Pinto

UMBERTO ECO

Baudolino

Difel, 2002

Como é que se faz a História? No cômputo dos factos e documentos ou nas visões do haxixe? Umberto Eco promove em 1155, algures no norte de Itália, o encontro entre Frederico Barba-Ruiva e um rapaziño de doze anos, filho de um modesto agricultor. Trata-se de uma estranha criança que parece dotada do entendimento da vida presente e da vida futura. Vê tudo aquilo que se esperava que visse um miúdo que «visse», no século XII, principalmente santos; dirá mais tarde que sempre confundira o que via e o que desejava ver. E todos acreditavam nele. Também Frederico nele acredita ao ouvi-lo profetizar, *em alemão*, que conquistaria uma cidadezinha qualquer. Comprou-o ao pai biológico e mandou-o educar. Protegê-lo-à durante toda a vida. O seu nome é Baudolino.

Em Paris, no meio da amálgama composta de estudantes, clérigos e goliardos, ele e os seus amigos revisitam velhos mitos e constróem novos. Com ele estão o (Arqui)Poeta, (Robert de) Boron, Guyot, Adbul e o Rabi Solomon. A gesta bretã, a poesia latina, a Cabala e a poesia trovadoresca intersectam-se. Aqui se rescreve a História, na alucinação do “mel verde”. Erguidos sobre fracos alicerces, o Graal e o reino do Prestes João tornam-se verdades credíveis e testemunhadas.

Baudolino confunde as realidades reais e as realidades possíveis; não é um mentiroso mas um arquitecto da verdade. Também nele crerá Frederico, senhor do Santo Império Romano-Germânico. Bons tempos corriam para a mentira, nesse século XII em que o César alemão, o Senhor Papa, o Basileus e os burgueses italianos juravam e trocavam de alianças e forjavam documentos, em que os mercadores apregoavam as mais santas relíquias, tanto mais verdadeiras quanto primorosamente as haviam fabricado. Conspirador no seio de uma teoria da conspiração, Baudolino encontra a verdade na sua própria mentira.

Ei-lo que peregrinando com os seus companheiros vê materializar-se tudo o que leu, escreveu e imaginou, tudo aquilo que outros leram, escreveram e imaginaram para si. Na realidade deste sonho colectivo demandam as terras do Prestes João.

É em plena sordidez da Quarta “Cruzada”, no meio de cristãos embriagados que profanam a *Haghia Sophia* de outros cristãos enquanto piedosos venezianos despojam a capital de Constantino, que Baudolino recorda as suas viagens diante de um tímido funcionário imperial que anda fugido. Ter-se-ão as coisas passado como conta ou estamos outra vez numa realidade paralela? Tal como no seu *Pêndulo de Foucault*, Eco é ambíguo. As coisas são o que queremos que sejam, o homem de quem se diz ter morto Liberty Valance, acaba por ser oficialmente o matador de Liberty Valance.

Baudolino já não pode senão ir até ao fim do seu mundo. Deixa-nos os mitos e as perguntas. O Prestes João levou Portugal de viagem em tempos de glória e aventura, Indiana Jones procura e encontra o Graal mas não é digno de conservá-lo, Corto Maltese bebe água por ele quando procura (em sonhos?) uma rosa vermelha.

A verdade habita agora nos computadores. Os novos Baudolinos cursaram em Harvard e são pupilos dos imperadores do mercado. Burgueses democratizados, nutrimo-nos das ilusões criadas num gabinete do Pentágono ou num quarto de Paris. A vida é sonho no século XXI como o foi no século XII, a arca de Moisés perdeu-se num armazém.

Paulo Jorge Borges Carreira

SEBASTIÃO J. FORMOSINHO

Ciência e Religião.

A Modernidade do Pensamento

Epistemológico do Cardeal Cerejeira

Principia/Universidade Católica Portuguesa,
Centro Regional das Beiras, Cascais, 2002

O autor analisa o pensamento do Cardeal Cerejeira segundo dois vectores distintos: o livro *A Igreja e o Pensamento Con-*

temporâneo, que o prelado publicou em 1924 e a controvérsia que manteve com Sílvio Lima. É bem patente que as simpatias do autor vão para o Cardeal.

O século XIX acabara no esplendor das grandes exposições industriais. O positivismo parecia estar certo, a fé religiosa fora ultrapassada e a ciência afirmava-se como a principal produtora da felicidade humana. A Igreja (católica) era vista com desconfiança e como inimiga da civilização. Estas ideias chegaram também a Portugal e foram adoptadas por grande parte da minoria instruída e discutidas por quem tinha tempo para o fazer.

Coube à Primeira Grande Guerra mostrar até que ponto a ciência podia ser pervertida e usada contra o homem, o qual supostamente deveria servir. Revoluções como a teoria quântica, o princípio da incerteza e a relatividade abalaram também a ideia do determinismo científico. Na modesta Universidade de Coimbra, longe das grandes descobertas, o Padre Cerejeira procura demonstrar a não existência de conflito entre religião e ciência. Uma é definitiva, revelada, a outra provisória. Edificada mediante o esboço de sucessivos modelos teóricos que a experimentação torna aceitáveis ou põe de lado, a ciência constantemente se refaz. Não acontecerá o mesmo com a religião? O autor não vai por esse caminho. Também Sílvio Lima o não fez; representante do livre criticismo liberal, a sua voz serve apenas para realçar o pensamento do futuro cardeal.

Para além dos pontos de vista que seriam de esperar num clérigo, D. Manuel reflecte sobre os problemas éticos que se põem à ciência, um assunto de plena actualidade, sobre o valor da razão que, nas suas palavras, «não é impotente para descobrir a verdade», embora segundo o conceito católico que perfilha, a natureza humana seja «enferma depois do pecado». Partidário do pecado original, adepto de um pensamento teológico que já não é consentâneo com o pós-Vaticano II, fazendo-nos sorrir quando afirma ter tido a ambição de «a Igreja portuguesa da política...», D. Manuel Gonçalves Cerejeira é alguém cujo pensa-

mento importa conhecer a qualquer estudioso do século XX português. Este livro é, também, uma ferramenta para tal.

Paulo Jorge Borges Carreira

LUÍS VAZ

Clericais e Livres Pensadores.

O Grande Confronto

Grémio Lusitano, 2002

Ao longo de duzentas e quarenta páginas, o autor desta Tese de Doutoramento faz a história da inicialmente denominada Associação Promotora da Lei do Registo Civil (APLRC), nascida a 18 de Novembro de 1876 e encerrada pelo Estado Novo em 1937 quando se chamava Associação Promotora do Registo Civil e do Livre Pensamento.

Tudo começara com a Revolução Liberal de 1820 e com a obrigatoriedade de algo tão simples como o registo dos cidadãos, assinalando o seu nascimento, casamento, os filhos que houvesse e a data do óbito. Se um tal exercício é hoje coisa corrente e não levanta problemas, o mesmo não acontecia no século XIX onde aparecia como a intromissão de um Estado liberal e franco-mação nos registos paroquiais. Perante a oposição da clerezia e a instabilidade política do país, o problema transitou por diferentes governos até à instauração da República. O Registo Civil era, quando muito, possível para os cidadãos não católicos, certamente minoritários durante a Monarquia Constitucional.

A Associação constituiu-se como um loba para a implementação da velha lei de Mouzinho da Silveira (1832) e, de acordo com os Estatutos, com o intuito de pugnar pela separação entre Igreja Católica e Estado, o que só vem a acontecer em 1911. No entanto só em 1932, bem perto do fim, ela vai assumir por inteiro o seu programa, mudando o nome para Associação do Registo Civil e Livre Pensamento. Trata-se de um movimento de certo vulto, considerando que, entre 1907 e 1937, dele fizeram parte 20 655 associados.

Luís Vaz esboça uma caracterização

dos membros da ARC/ARCLP em termos de residência, nível etário e profissional, mostrando que se trata de pessoas fundamentalmente oriundas da pequena burguesia (oficiais mecânicos, empregados, funcionários e militares) entre os 21 e os 40 anos de idade. É um movimento urbano em que predominam habitantes da Grande Lisboa. É interessante que dele tenham feito parte os assassinos de D. Carlos e do Príncipe Luís Filipe.

Com a proclamação da República, a obrigatoriedade do registo civil e a Lei da Separação, a ARC vive um momento de grande actividade e Luís Vaz relata a sua participação em numerosos eventos nacionais e internacionais bem como exemplos das últimas vontades expressas pelos sócios em que se exprime o desejo de funerais civis por vezes ornamentados por simbologia maçónica.

O golpe de estado de 1926 vem a significar a morte anunciada para a ARCLP que, no entanto, ainda sobrevive por onze anos. Muitos sócios são presos, a censura logo instituída e posteriormente regulamentada pelo Dec.-Lei n.º 22468, de 11 de Abril de 1933, aqui houve espaço para a sua acção castradora. Aprovadas que foram a Constituição de 1933 e a Concordata, a Associação deixou de ter razões para existir, embora, do ponto de vista jurídico, nunca haja sido extinta nem oficialmente dissolvida.

Concluindo, diremos estar perante uma obra bem documentada e que é mais um auxiliar para o conhecimento da Primeira República Portuguesa.

Paulo Jorge Borges Carreira

CONSELHO PONTIFÍCIO DA CULTURA
CONSELHO PONTIFÍCIO PARA O DIÁLOGO
INTER-RELIGIOSO

*Jesus Cristo, Portador da Água Viva
- uma reflexão cristã sobre a Nova Era*
Paulinas Editora, Lisboa, 2003

Com a data de 3 de Fevereiro de 2003, acaba de ser publicado pela Santa Sé, através do Pontifício Conselho para a Cultura

e do Pontifício Conselho para o Diálogo Inter-religioso, um importante documento de reflexão sobre o *New Age* (Nova Era) e que tem como título: *Jesus Cristo, portador da água viva. Uma reflexão cristã sobre a "New Age"*. São cinquenta e cinco páginas muito densas, onde é possível encontrar elementos para o discernimento acerca da cultura actual, no que diz respeito, nomeadamente, ao ressurgir do religioso nos últimos tempos. O documento tem o cuidado de reconhecer que a *Nova Era* representa uma grandeza de complexa e quase difícil definição, pois não é propriamente nem uma religião, nem uma seita, nem uma espiritualidade, mas sim um fenómeno transversal que perpassa toda a compreensão da realidade, e por isso poderia designar-se como uma *atmosfera*, como um *estado de espírito*, se quisermos até, pelo menos dada a sua quase universal e *global* recepção, como uma *cultura* ou um *estado cultural* que caracterizaria o nosso tempo. O diagnóstico apresentado é quase perfeito, ao identificar quase exaustivamente as suas características, das quais relevaria as seguintes: a noção de *paradigma* e a noção de *gnose*.

1. *Paradigma*: Neste texto, a *Nova Era* apresenta-se como um novo paradigma, conceito que teve a sua origem na filosofia das ciências (Th. Kuhn), mas que, transposto para o campo da hermenêutica do fenómeno religioso, significa que a *New Age*, a *Era do Aquário*, se constitui como alternativa à *Era do Peixe*, correspondente aos dois milénios do Cristianismo, que agora se encontraria na sua fase crepuscular de decadência e de superação. Na verdade, como estado espiritual, o Aquário caracteriza-se por um outro tipo de racionalidade, do coração, do sentimento, e, ao contrário do regime patriarcal da tradição judeo-cristã, esta seria a era do feminino, do cuidado da terra, da redescoberta da deusa mãe, Gaia, e, portanto, de regresso purificador às religiões arcaicas, aos cultos celtas, ao cultivo do corpo, dos sentimentos, como caminho de auto-realização pacificadora. O suporte científico é dado pela consagração da *psicologia* como a ciência

que permite o acesso às profundas concavidades da alma, para aí encontrar o sagrado que cada um possui em si e que, em última instância, cada pessoa é. Como nova era que supera e anula o Cristianismo, o Aquário é então, entre outras coisas, a era do feminismo e da ecologia. Como *novo paradigma* representa a clara contraposição ao cristianismo, e essa superação é feita não tanto pela perseguição, mas sim pela sedução e até por asfixia, dada a força de atracção que exerce no homem moderno, sedento de felicidade, de tranquilidade e de paz.

2. *Gnose*: O outro conceito é o da *gnose*, e nesta medida a Nova Era aparece como uma neognose, isto é, um novo conhecimento, uma iluminação. A *Nova Era* desconhece a noção de pecado, havendo apenas *conhecimentos imperfeitos* que cada qual, que é uma centelha do divino, vai corrigindo através de diversas técnicas (com particular destaque para o *yoga* e a *meditação transcendental*). A espiritualidade, se assim podemos dizer, da *Nova Era* visa essencialmente a *auto-realização* de si, o cultivo do próprio bem estar, e, por isso, adapta-se e convém perfeitamente à cultura do consumo, ao sistema neoliberal do mercado – há quem a designe como uma *grande feira* onde cada qual pode comprar os produtos espirituais de que precisa. É uma espiritualidade do egoísmo e do narcisismo pós-moderno, alérgico a qualquer beliscadura que possa pôr em causa a sua instalação burguesa de auto-satisfação.

Para os autores deste texto, este é um caminho completamente diferente do caminho cristão, que é tudo menos auto-realização narcisista do *carpe diem*, da fruição extesiaca do instante. O cristão identifica-se pela referência a Jesus Cristo, morto e ressuscitado, e por isso o seu é o mesmo caminho que Cristo percorreu. E o caminho é Cristo, Senhor e que dá a Vida, sendo que a água da Vida é o Espírito Santo que brota do amor que se revela na Cruz. Assim, a alta perigosidade da *Nova Era* residiria, portanto, nesta sedução idolátrica das tentações de Jesus no deserto, que

são as tentações do cristão, que pretendiam ser (e são-no, de facto) um outro paradigma messiânico, caminho alternativo à lógica paradoxal da Cruz.

Sintetizando o sentido da obra, o que a *Nova Era* propõe nada tem a ver com a autêntica experiência da oração cristã, que é encontro com Deus, no caminho curto e simples da vivência sacramental e da oração de repetição, quer no Terço quer noutras formas jaculatórias, que a espiritualidade tradicional tanto recomenda, para manter sempre o pensamento e o coração em Deus, vivendo serenamente na sua presença no meio das provações. No fundo, é a questão de ser ou não ser cristão! Para esse discernimento, este estudo da Santa Sé pode ser um importante instrumento.

José Jacinto Ferreira de Farias

Celebração do Tempo 2003

Ministério da Educação (Secret. Entreculturas)
PAULINAS Editora, Lisboa, 2003, 28 pp.

Num acontecimento editorial inédito em Portugal, a feliz parceria do Ministério da Educação e as Paulinas Editora premiam o ano 2003 com a publicação de um Calendário Inter-religioso a que deram o nome de *Celebração do Tempo*.

A apresentação gráfica e a redacção deste original calendário teve como preocupação o fácil manuseamento, a facilidade de consulta e a utilidade e o rigor da informação. O rosto de cada uma das 12 páginas do miolo (com cada um dos 12 meses do ano), encimado por uma foto alusiva a um templo (cuja temática domina esta primeira edição), apresenta os meses com as festividades de cada uma das maiores religiões – Budismo, Cristianismo (Anglicanos, Católicos, Evangélicos e Ortodoxos), Hinduísmo, Islamismo e Judaísmo –, devidamente assinaladas com o respectivo símbolo em cada dia de celebração, e, pelo simples levantamento da folha mensal, podemos recolher, nas costas, as abundantes explicações relativas às festas mencionadas. No verso da capa,

além da Apresentação, encontra-se a explicação histórico-teológica dos símbolos. E, na última página, há um resumo explicativo de cada religião, contemplando os seus princípios doutrinários, o fundador, os textos sagrados e outras curiosidades.

Segundo os responsáveis pela edição, o calendário, além de surgir como um valioso contributo na divulgação de alguns aspectos da celebração festiva e religiosa das principais religiões do mundo, pretende suscitar o interesse por realidades religioso-culturais que, apesar de diferentes, enformam e alimentam a vivência de milhões de pessoas e são repositório de ricas e ancestrais sabedorias do património humano comum.

Acresce ainda a intenção deste produto poder constituir um meio de reconhecimento do direito à diferença dos fiéis de outros universos religiosos a viver entre nós, e, pelo conhecimento mais aprofundado das suas culturas ou práticas religiosas, se ajudar a estabelecer um clima de maior compreensão, harmonia, coesão social e de mais fácil integração humana.

Rui A. Costa Oliveira

JOHN BAUR

2000 Anos de Cristianismo em África
- Uma História da Igreja Africana

PAULINAS Editora, Lisboa, 2002, 630 pp.

Este livro, já publicado nas línguas inglesa e francesa, é proposto por John Baur como um contributo de reflexão histórica na área do estudo das Religiões, particularizado no Cristianismo e circunscrito ao espaço africano, aparece, agora, nas nossas livrarias, dado à estampa pelas Edições PAULINAS, e em momento de grande oportunidade, pois estes contributos, em língua portuguesa, são, normalmente, muito escassos.

O livro está dividido em 20 capítulos, agrupados em 4 partes:

- Antiguidade cristã (62 a 1500);
- Cristianismo nos antigos reinos africanos (1500 a 1800);

- Cristianismo moderno (1800 a 2000);
- Estudo país por país. Estudo de grandes temas.

As preocupações de rigor científico estão patentes na frequente referência a documentos e bibliografia, que está organizada por capítulos temáticos e ocupa 23 páginas, com 20 páginas de estatísticas e mapas e ainda 23 páginas, a 3 colunas, com o índice remissivo.

É um excelente manual de estudo para todos, mas foi preparado, de uma forma especial, para aqueles que se dedicam ao estudo da História, Sociologia, Religião, Etnografia, Geografia, Antropologia e outras Ciências Sociais e Humanas.

* * *

O Anjo do Senhor falou a Filipe e disse-lhe: «Prepara-te e dirige-te para o Sul, pelo caminho que desce de Jerusalém para Gaza; é o caminho que se acha no deserto.» Filipe levantou-se e foi. Nisto apareceu um eunuco etíope, ministro de Candace [Kandake], rainha da Etiópia, administrador geral do tesouro [em Meroé]. Tinha ido a Jerusalém em peregrinação, e regressava a casa.»

(Act 8,26-28)

O texto transcrito é, para o autor, o marco que assinala o início da caminhada do Cristianismo para África, através do funcionário da rainha da Etiópia, convertido pelo apóstolo Filipe, por volta do ano 36 (o ano 62 é o da fundação da primeira igreja cristã em África).

A partir do ano 36, esta história de vinte séculos está escrita pela acção de milhares de missionários, políticos, sertanejos, negociantes, aventureiros, guerreiros, feiticeiros, reis e convertidos, homens e mulheres, que tenazmente lutaram, viveram e morreram ora pela divulgação da Boa Nova, ora pela conquista e expansão de influências e ganhos, ora na defesa dos seus espaços contra a intrusão abusiva, dissimulada ou sub-reptícia de estranhos olhares e vontades.

São curiosamente emotivos os relatos que o autor faz da implantação do Cristianismo no Continente africano, iniciada nos grandes centros urbanos do Norte de África, com destaque para Alexandria, cujo Patriarcado (ortodoxo) garantiu, du-

rante longos anos, através das suas missões, a penetração até terras da Abissínia, sustentando-as de missionários e, não poucas vezes, socorrendo-as com as armas.

Quando, em 640, o Crescente chega à Etiópia, encontra um Cristianismo tão vivo e disseminado que os seus habitantes são descritos como «um povo humilde de padres e monges» (cf. p.31).

Mesmo depois da intensa implantação do Islão e conseqüente recuo do Cristianismo, foi a partir do Norte que continuou a ser alimentado o contínuo fio da fé cristã que teimosamente avançava pelo deserto e mantinha a vida de comunidades do Leste da África, até bem perto da linha do Equador. De 697 a 1270, o reino cristão da Núbia garantia a fé de Cristo, desde Assuão até ao Nilo Azul, e, de 1270 a 1527, foi a Etiópia que sustentou o facho cristão.

Com a deterioração das relações entre cristãos e muçulmanos e com o avanço islâmico, essas comunidades foram ficando cada vez mais isoladas do contacto com o Ocidente, mas, permanentemente, chegavam à Cristandade ecos dos seus pedidos de ajuda. Durante todo o século XV, Portugal foi dos países que mais intensamente prestou atenção a esses rumores, que lhe chegavam de uma forma nebulosa, onde o mito e a história se confundiam. Pêro da Covilhã, por terra, e Vasco da Gama, por mar, cumpriram o propósito de trazer a notícia dessas terras cristãs, conhecidas, então, por Terras do Preste João, bem em frente das rotas orientais da misteriosa Índia das especiarias.

A partir de 1500, a penetração missionária, na costa ocidental de África, a conversão do extenso reino do Manicongo, a acção do seu rei Afonso que com o filho, o bispo Henrique, fizeram alastrar o Catolicismo com efeitos que se prolongaram por mais de trezentos anos, e, um século depois, a conversão do enorme reino do Monomotapa, a leste do Continente, fizeram sonhar alguns «apóstolos da facilidade» com a grande reunião a Roma da Etiópia e a posterior e definitiva conquista da África para o Cristianismo.

A incapacidade de uma análise profunda das sociedades autóctones, por parte dos responsáveis da missionação, aliada a comportamentos de pretensa superioridade rática e de predestinação civilizacional, bem característicos da mentalidade da Idade Moderna, terão comprometido muitas das «boas intenções» que norteavam os primeiros contactos, como bem ilustra a seguinte afirmação do padre Gonçalo da Silveira (1521-1561), quando deu conta das suas impressões acerca dos povos do império do Monomotapa: «os seus habitantes são como uma *tabula rasa*, não têm ritos pagãos e as suas almas são fáceis de ensinar e impressionar, por qualquer doutrina que lhes seja proposta» (p. 92), e que acabou os seus dias às mãos do carrasco do próprio rei que havia baptizado.

As «fricções, destruições e reconstituições sincréticas entre diferentes interesses, representações e legitimidades» – como aponta em comentário, na contracapa, o antropólogo José Fialho Feliciano –, aliadas a avanços missionários apoiados por malhas de relações onde nem sempre se distinguem com clareza os campos do comércio e os da fé, os dos interesses e os do serviço, e em que, também não raras vezes, como com isenção relata o autor, os próprios agentes e a sua acção se confundiam, quando não mesmo se apresentavam promiscuamente nos campos inversos, conduziram, frequentemente, a desfechos imprevisíveis e não calculados, com recuos difíceis de compensar e custos muitos elevados de fazendas e vidas.

Durante toda a segunda metade do séc. XVIII e séc. XIX, chegaram a África os primeiros cristãos protestantes. Devem ter sido os maiores contingentes de cristãos, que em grupo e em diversas fases, chegaram a este Continente. Eram populações oriundas da América, de origem africana, que o fim da escravatura tinha liberado e que foram, pela Inglaterra, literalmente despejadas na costa ocidental, especialmente na Serra Leoa e Nigéria. Tal como os seus antepassados, desenraizados e vendidos como escravos para as grandes plantações americanas, estes «regressa-

vam», num processo de duplo desenraizamento, a uma terra que não conheciam e para um clima bastante adverso. Os que resistiram acabaram por se fixar nos novos países da Costa da Guiné, fundando diversas localidades de que se destaca Freetown, pela importância adquirida. Foram os grandes agentes do cristianismo protestante. Eram essencialmente Baptistas e Metodistas, a que se foram juntando, a pouco e pouco, os missionários chegados do Velho Continente. Mais tarde, surgirão outras confissões cristãs, cujos membros cruzarão toda a África, juntando ao labor missionário o da investigação científica, como, por exemplo, David Livingstone, Henry Stanley e Henri Junod.

Os séculos XIX e XX serão, definitivamente, os grandes séculos de implantação missionária mais generalizada, atingindo não só a totalidade das terras da costa, mas o próprio interior africano. Toda esta acção, no entanto, será favorecida por razões bem diferentes das causas evangélicas. Ela beneficiará do «boom» expansionista do séc. XIX, de uma Europa em busca das fontes das matérias-primas, que para o efeito, em 1885 na Conferência de Berlim, se limitou a dividir o Continente, por diversos interesses, usando uma lógica de geografia territorial, quase a «régua e esquadro», atingindo populações cujas culturas se regiam essencialmente por lógicas de geografia humana. O resultado foi a marcação artificial e desajustada de fronteiras, com desequilíbrios de diversa ordem, mas essencialmente sociais, cujas consequências, depois das independências e quebrada a *pax romana* até aí imposta pelas potências coloniais, conduziram a focos de tensão e guerras fratricidas, cujo saldo é de milhões de mortos, estorpiados e deslocados.

O autor deixa-nos o relato histórico de um caminho que se fez, com os seus sucessos e insucessos, e que ninguém hoje poderá mudar: somente podemos constatar como tudo aconteceu. Não lhe cabe a ele, da mesma forma, como historiador, apresentar receitas com soluções para remediar o que parece não ter resultado tão

bem, mas percebe-se, ao longo do seu trabalho, a preocupação de mostrar ao leitor como as linhas, que conduzem esta história, parecem determinadas a alcançar um final de esperança. Confiamos na sua perspicaz leitura dos factos, acrisolada por meio século de vivência em África, para melhor entendermos as, frequentemente explicitadas, expectativas das inúmeras comunidades cristãs que emergiram ao longo de todo o último quarto do século passado.

A história do Cristianismo em África é composta de todos estes ingredientes, que, não fosse a impossibilidade de se olvidar o hediondo período do comércio escravagista, talvez não deixasse de ser o relato de um peculiar período de relações e inter-relações, de descobertas e de vivências, cheias das contradições próprias da natureza humana, desenvolvidas num privilegiado, mas simultaneamente martirizado, laboratório humano que continua a singularizar este Continente.

Rui A. Costa Oliveira

CLARA PINTO CORREIA

Deus ao Microscópico

Edições Quasi, Vila Nova de Famalicão, 2002,

Apesar das abordagens que já foram feitas à história da microscopia, o livro de Clara Pinto Correia é a contribuição mais recente para este tema, agora tratado numa perspectiva cristã do conhecimento. Numa linguagem inquietante e simples, este breve estudo propõe uma leitura dos primeiros passos da microscopia à luz do “fervor religioso” que agitou o século XVII.

Voltar a olhar para os primeiros tempos do microscópio ajuda-nos, de certo modo, a recuperar a tradição do humanismo cristão e a dimensão humana da ciência. Aí encontramos o quotidiano da descoberta, de um modo quase personalizado.

E nisto, vários aspectos são desde logo salientados pela autora. E talvez o mais importante seja o “assombro”: o assombro

de descobrir o divino nas coisas criadas. A microscopia aparece neste livro como instrumento dessa descoberta.

Trata-se aqui de uma abertura decisiva à presença da imagem do Criador no mundo natural; de uma descoberta da identidade e continuidade das coisas. São valiosas as referências a diversos autores: a Régley que vê, numa glândula, “o carvalho e toda a floresta”; a Malebranche que, num único germe, considera a quantidade infinita de árvores e os germes delas; a Needham que vê um mar numa gota de água.

A presença do máximo nas mínimas coisas aparece ainda explorada em autores como Bonnet, Spallanzani, Swammerdam, ou Senebier. Através destes autores aproximamo-nos do problema do surgimento da vida, do “mistério” da reprodução e do desenvolvimento desde o “infinitamente pequeno” ao organismo já formado.

Subjacente ao longo do texto encontra-se, pois, o fenómeno da preformação que foi tratado pela autora em *O Ovário de Eva* (Relógio d'Água, 1998). A preformação atravessa diferenças religiosas, e aparece em Malebranche como uma continuidade temporal e dos seres, como uma hipótese de simultaneidade. Mas também em Senebier que aguardava o desenvolvimento da microscopia para que pudéssemos “ver o presente prenhe de todo o futuro vindouro, na sua infinita sucessão de seres organizados”.

Subjacente ao texto está também a problematização do conceito de infinito. O microscópio mergulha neste problema de uma continuidade que atravessa a Criação desde o infinitamente grande ao infinitamente pequeno.

Neste contexto, o problema clássico da nomeação do divino prolonga-se até ao católico Spallanzani. Na sua obra não se encontra nenhuma referência explícita ao Criador. Mas em Swammerdam, como nos autores protestantes em geral, este problema parece ultrapassado. Tratando-se de uma aparente resolução, coincide historicamente com uma actualização do conceito de infinito. Para Régley esta seria, contudo, uma falsa aproximação de “dois extremos”.

Este estudo mostra-nos como a microscopia abriu um novo horizonte ao problema da divisão infinita da matéria. E como este processo levou ao desaparecimento da noção de “corpo” no âmbito da geometria e das matemáticas. Mas mostra-nos também como a microscopia esteve implicada numa redução do conceito de infinito.

Contrariamente ao prognóstico de Senebier, o desenvolvimento da microscopia não abriu o presente à visão do futuro; dos seres vindouros. Mas contribuiu para fechar o conhecimento científico à dimensão experiencial da fé – o mesmo fechamento que hoje enclausura a ciência num universo indiferenciado e “mais rígido nas suas possibilidades poéticas”.

José de Paiva

LUÍS MANUEL DE ARAÚJO

Dicionário do Antigo Egipto

Editorial Caminho, Lisboa, 2001

A primeira sensação que tive ao folhear o *Dicionário do Egipto Antigo* foi a de estar perante um objecto cultural de boa lavra, ordenado, com ilustrações profusas e bem impressas. A segunda sensação, naturalmente de espanto, proveio de ter nas mãos um produto português. Estou, estamos todos, mais habituados às produções telemático-desportivas do que às da cultura.

A simples publicação deste dicionário pressupõe a existência de um núcleo português de Egiptologia, gente que não se limita a ler e reproduzir o que outros escrevem e investigam mas que são eles próprios produtores de saber.

À excepção de um professor espanhol, dezanove portugueses (cinco doutores, oito mestres e seis licenciados) colaboraram nesta obra de 884 páginas, debruçando-se sobre os mais variados assuntos: religião, arte, filosofia, concepções da vida e da morte, organização política e social, geografia, recursos naturais, ciência, chefes de guerra que dominaram o Egipto, sábios que o estudaram e muitas vezes o pilharam...

Por outro lado como o Egipto não foi, não é, uma entidade isolada no espaço e no tempo, é necessário agregar estudiosos dos povos que de alguma forma intervieram na história da terra dos faraós e muitos o fizeram: hebreus, cananeus, persas, gregos etc. Também eles são apresentados bem como a sua interacção com a cultura local. Cada entrada é acompanhada por um texto *assinado*, muitas vezes de apreciáveis dimensões, em que o objecto é definido e contextualizado e de uma bibliografia. Isto significa que o dicionário é o primeiro passo de uma qualquer pesquisa envolvendo a civilização egípcia.

Tudo isto é a prova de que existe em Portugal gente que neste campo produz obra asseada e bem nutrida. Será que os gestores culturais, tantas vezes incultos, do meu país se darão conta deles? Haverá bolsas que lhes permitam investigar *in situ* uma cultura que, antes da grega, soube florescer e influenciar tantos povos e da qual ainda hoje somos herdeiros? Sabemos aproveitar o entusiasmo de tanta gente jovem de idade e pensamento ou limitar-nos-emos a produzir e implementar a mediocridade?

Paulo Jorge Borges Carreira